



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



**PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2026**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM**, inscrita no CNPJ nº 04.530.713/0001-18, situada à Rua Augusto Luzeiro, nº 65, Centro, CEP 69650-000, Atalaia do Norte/AM, por intermédio da **Comissão Municipal de Licitação – CML**, realizará **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com o Decreto nº 11.462/2023, do Decreto nº 10.818/2021, da Orientação Normativa AGU nº 54/2014, da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei nº 5.764/1971, da Lei nº 12.690/2012, da Lei Complementar nº 130/2009, da IN SEGES/ME nº 73/2022, da IN SEGES/ME nº 65/2021, do Decreto Municipal nº 007/GP/2024, do Decreto Municipal nº 011/GP/2024, do Decreto Municipal nº 012/GP/2024, Decreto Estadual nº 47.133/23 e demais normas aplicáveis.

**Data da sessão pública: 03/04/2026 às 14h00 (horário local)**

**Critério de julgamento:** Menor Preço por Item

**Modo de disputa:** Aberto

**Preferência ME/EPP/Equiparadas:** NÃO

**A SESSÃO SERÁ GRAVADA EM ÁUDIO E VÍDEO E ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

**OBSERVANDO O DISPOSTO NA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD**

**Local:** Sala do Empreendedor, Centro Multiuso José Patxa Mayuruna, Avenida Pedro Teixeira, em frente a Praça da Mangueira, próximo ao Banco Bradesco, Centro, CEP nº 69.650-000, Atalaia do Norte/AM

**Obtenção do edital:** Os interessados poderão adquirir o presente Edital e seus anexos, na forma eletrônica, por meio digital através de download (via internet), no link de acesso <https://atalaiadonorte.am.gov.br> ou solicitação no e-mail: [comissao municipaldelicitacao25@gmail.com](mailto:comissao municipaldelicitacao25@gmail.com), além da disponibilidade no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

**Na hipótese de não haver expediente na data acima, bem como, for declarado feriado ou fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente, transferido para o primeiro dia útil subsequente àquele, independentemente de aviso ou notificação aos interessados.**

## **1 DA INVERSÃO DE FASES**

1.1 Conforme autorização do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, este Pregão Presencial adotará a inversão de fases, estabelecendo-se a seguinte ordem procedimental: (i) Credenciamento, (ii) Habilitação e (iii) Julgamento das Propostas, conforme expressamente previsto neste edital.

1.2 **Fase de Credenciamento** - Os licitantes deverão comparecer à sessão pública para efetuar o credenciamento, apresentando a documentação exigida neste edital e indicando representante legal com poderes para formular propostas, negociar preços, manifestar intenção de recurso e praticar os demais atos inerentes ao certame.

1.3 **Fase de Habilitação** - Encerrado o credenciamento, será realizada a análise da documentação de habilitação dos licitantes credenciados, com verificação do cumprimento das exigências previstas no edital. Apenas os licitantes habilitados prosseguirão para a etapa seguinte.

1.4 **Fase de Julgamento das Propostas** - Concluída a habilitação, as propostas comerciais dos licitantes habilitados serão abertas e analisadas. Havendo necessidade, o pregoeiro poderá promover negociação



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



presencial com os participantes, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. A classificação será realizada conforme o critério de menor preço, observadas as especificações do edital.

1.5 **Justificativa da Inversão de Fases** - A inversão de fases é adotada por conveniência administrativa, visando maior segurança jurídica, organização processual, padronização dos procedimentos internos e racionalização dos atos preparatórios, nos termos do art. 17, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

## **2 DO OBJETO**

2.1 O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALAIA DO NORTE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

## **3 DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3.2 O sistema de registro de preços não obriga a aquisição, representando as quantidades indicadas neste instrumento convocatório apenas uma estimativa da Administração, podendo esta promover aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

## **4 DO VALOR E DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

4.1 Não há necessidade de demonstração das rubricas orçamentárias, pois se trata de **REGISTRO DE PREÇOS**.

## **5 DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

5.1 Com base nos dados de mercado levantados, foi elaborado o Relatório de Pesquisa de Preços, constante dos autos do processo licitatório, devidamente instruído com as cotações e demais documentos que fundamentam a formação do preço estimado da contratação, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

5.2 O valor estimado da contratação terá caráter sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 71 do Decreto Estadual nº 47.133/2023, sendo disponibilizado apenas após o encerramento da fase de julgamento das propostas, com o objetivo de preservar a competitividade do certame.

## **6 DA VISTORIA TÉCNICA**

6.1 Não se aplica

## **7 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

7.1 **Poderão participar** desta Licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste certame, e que preencham as condições e requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável.

7.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais, ainda que por terceiros.

7.3 **Não poderão participar, direta ou indiretamente, dessa licitação ou da execução do contrato a ela necessário:**

7.3.1 Empresa que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



- 7.3.2 Empresa que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação.
- 7.3.3 Empresa estrangeira que não esteja autorizada a funcionar no País, nem interessada que se encontre sob falência (conforme Lei nº 11.101/05), concurso de credores, dissolução, liquidação, qualquer que seja sua forma de constituição, nem aquela que tenha sido declarada inidônea ou esteja impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 7.3.4 Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 7.3.5 Empresa impedida/proibida de licitar e contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal, durante o prazo da sanção aplicada;
- 7.3.6 Empresa suspensa de participar de licitação com a Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte, durante o prazo da sanção aplicada;
- 7.3.7 Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado aos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, à CML ou à **PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**.
- 7.3.8 Empresa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados; Decreto Estadual n.º 47.133/23.
- 7.3.9 Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, § 1º e § 2º e 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais disposições legais referentes;
- 7.3.10 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 7.3.11 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 7.3.12 Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 7.3.13 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 7.4 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.5 O impedimento de que trata os itens 7.3.4, 7.3.5, 7.3.6, 7.3.7 e 7.3.8, será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



7.6 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7 A vedação de que trata os itens 7.3.7 e 7.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7.8 É vedada a representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante, sob pena de exclusão de todas as representadas.

7.9 A participação neste certame importa ao proponente a irrestrita e irretratável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá fornecer o objeto desta licitação, conforme as condições fixadas contratualmente.

## **8 DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

8.1 Nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e suas alterações, são necessários a manifestação do licitante de cumprir plenamente os requisitos de microempresa e de pequena empresa estipulados no art. 3º do referido diploma legal, deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial do Estado, com emissão não inferior a 90 (noventa) dias, no ato do credenciamento, em observância aos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do DNRC e alterações posteriores.

8.2 Para que a empresa possa usufruir os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverá manter-se na condição declarada no item 8.1, até a homologação do certame.

8.3 O tratamento favorecido conforme Lei Complementar nº 123/2006 e alterações e o Decreto Municipal nº 011/GP/2024 de 04 de março de 2024, terá prioridade para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido na seguinte ordem:

I - Para as empresas sediadas no município de Atalaia do Norte/AM, conforme Decreto Municipal nº 011/GP/2024 de 04 de março de 2024;

II - Para as sediadas nos municípios do Estado inseridos no Art. 2º do Decreto Municipal nº 011/GP/2024 de 04 de março de 2024 (municípios constituintes da mesorregião e/ou microrregião geográfica a que pertence o próprio município, definida pelo IBGE).

III - Para as sediadas em qualquer município do Estado do Amazonas, não incluídos no Art. 2º do Decreto Municipal nº 011/GP/2024 de 04 de março de 2024, desde que se demonstre a eficiência, economicidade e vantajosidade para a Administração.

**8.4 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:**

8.4.1 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

8.4.2 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

8.4.3 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



- 8.4.4 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 8.4.5 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 8.4.6 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 8.4.7 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 8.4.8 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calendário anterior;
- 8.4.9 Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 8.4.10 Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

## **9 DO CREDENCIAMENTO**

9.1 Declarada aberta a sessão pelo (a) pregoeiro (a), no dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, será realizado o credenciamento, não sendo admitida, a partir desse momento, a entrada de novos licitantes.

9.2 Após o credenciamento, os representantes das licitantes deverão entregar os envelopes contendo as propostas de preços e documentos de habilitação. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão apresentar, em separado dos envelopes, os seguintes documentos/exigências:

9.2.1 **Titular da empresa licitante**, apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial com foto, acompanhado de: **registro comercial** no caso de **empresa individual, contrato social** ou **estatuto** em vigor, no caso de **sociedades comerciais** e, no caso de **sociedades por ações**, dos documentos de eleição de seus administradores; **inscrição do ato constitutivo**, no caso de **sociedades civis**, acompanhada de **prova de diretoria em exercício**; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devidamente registrados em órgãos competentes;

9.2.2 **Representante designado pela empresa licitante**, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou termo de credenciamento, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, com poderes expressos para formular ofertas e lances de preços verbais, dá descontos, assinar atas e planilhas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acompanhado de documento de identificação oficial com foto e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, devidamente registrados em órgãos competentes;

9.2.3 Em caso de credenciamento por procurador ou em caso de substabelecimento é obrigatória a apresentação da Procuração original que concede poderes ao Outorgado, também acompanhado do instrumento de constituição da empresa, conforme exigido no item 9.2.1.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



9.3 As exigências dos itens 9.2.1 e 9.2.2, *exceto*, os documentos pertinentes ao titular e do representante da empresa licitante, deverão estar acompanhadas de todas as alterações ou da consolidação respectiva, e deles deverá constar, entre os objetos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto deste Pregão, sob pena de descredenciamento;

9.4 Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, os proponentes deverão apresentar DECLARAÇÃO, afirmando sob as penalidades cabíveis, que a proponente atualmente está enquadrada como “ME ou EPP”.

9.5 O agente de contratação ou pregoeiro realizará o credenciamento da interessada, que deverá comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para a prática de todos os atos inerentes ao certame, além de **declarar** que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e) O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da Lei.
- f) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- g) Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- h) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- i) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão executor ou com agente público da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.6 Cada licitante poderá credenciar apenas um único representante, que será o único autorizado a intervir, manifestar-se, formular lances verbais, prestar esclarecimentos e praticar todos os demais atos em nome da licitante durante a sessão pública, seja ele sócio, proprietário, dirigente da empresa ou representante legalmente constituído por procuração.

9.7 Não será admitida a atuação simultânea de mais de um representante para a mesma licitante, sob qualquer forma ou justificativa.

**Substituição do Representante em Caso de Suspensão e Retomada da Sessão**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



9.8 Em caso de suspensão e posterior retomada da sessão pública, será admitida, excepcionalmente, a substituição do representante originalmente credenciado, desde que realizada antes do reinício dos trabalhos, mediante novo credenciamento formal.

9.9 O novo representante deverá comprovar poderes equivalentes aos do representante substituído, por meio de:

- a) Contrato social, estatuto ou ato constitutivo, quando se tratar de sócio, proprietário ou dirigente da empresa; ou
- b) Procuração válida, quando se tratar de representante legalmente constituído, com poderes para praticar todos os atos do certame.

9.10 O novo representante deverá, ainda, apresentar declaração expressa de que possui plena ciência e assume integral responsabilidade por todos os atos já praticados no certame, inclusive quanto a propostas, lances, decisões, prazos e preclusões ocorridas até o momento.

9.11 A substituição do representante não implicará reabertura de fases, prazos ou atos já encerrados, ficando vedada qualquer rediscussão de atos preclusos.

9.12 A solicitação de substituição apresentada após o reinício da sessão pública não será admitida, permanecendo válido o representante anteriormente credenciado.

9.13 O deferimento da substituição ficará condicionado à análise do Pregoeiro, que verificará a regularidade formal do credenciamento e a inexistência de prejuízo à isonomia, à competitividade e à regular condução do certame, devendo o ato ser registrado em ata.

9.14 Todos os documentos apresentados no credenciamento, com exceção das declarações, deverão ser apresentados através de cópias legíveis, devidamente autenticados por órgão competente ou por agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal sob pena de descredenciamento.

9.15 **A falsidade da declaração de que trata os itens 9.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e sua exclusão do certame.**

## **10 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

10.1 Conforme disposto no art. 12 da Lei nº 14.133/2021:

- 10.1.1 Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;
- 10.1.2 Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvados o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021 (licitações internacionais);
- 10.1.3 O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;
- 10.1.4 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
- 10.1.5 O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;
- 10.1.6 É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil) ou mesmo assinatura GOV.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



10.2 Os licitantes deverão apresentar, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, após o credenciamento, **02 (dois) envelopes distintos**, sendo um identificado como “**PROPOSTA DE PREÇOS**” e o outro como “**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**”, ambos **não transparentes, lacrados e separados**, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 01 PROPOSTA DE PREÇO	ENVELOPE Nº 02 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
À PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2026 (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE) CNPJ XXXXXXXX	À PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2026 (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE) CNPJ XXXXXXXX

10.3 Após o Agente de Contratação ou o pregoeiro declarar encerrado o prazo para a entrega dos envelopes, **não serão permitidos quaisquer acréscimos à documentação de Habilitação e às Propostas**, nem a participação de nenhum retardatário.

## **11 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**ATENÇÃO:** tendo em vista as quantidades de itens, solicitamos que as empresas façam suas propostas utilizando preferencialmente o Excel e as apresentem em PENDRIVE, devidamente identificado com o nome da licitante, no dia da sessão.

11.1 A proposta de Preços deverá ser entregue em envelope lacrado, devidamente identificado, redigida em Língua Portuguesa, impressa ou datilografada e apresentada em papel timbrado da empresa, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, suas folhas devem estar, de preferência numeradas.

11.2 Será considerada **obrigatoriedade** para o preenchimento da proposta:

11.2.1 Preço unitário e total de cada item, expresso em algarismos e por extenso, bem como o valor global da proposta;

11.2.2 Marca, procedência, modelo (se houver) será informado, obrigatoriamente sob pena de desclassificação;

11.2.3 Especificações detalhadas do objeto ofertado, conforme as exigências editalícias e seus anexos;

11.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

11.3.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

11.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

11.5 Os valores propostos devem ser elaborados em conformidade com a legislação aplicável e as condições estabelecidas neste instrumento convocatório, seus anexos e os fatores a seguir:

a) Preços unitários, preço total dos itens, expressos em moeda nacional com apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula, e conter todos os elementos essenciais conforme Termo de Referência e demais documentos técnicos pertinentes, em anexo ao instrumento convocatório.

11.6 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



11.7 A apresentação das propostas implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer o objeto em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

11.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

11.9 Quando na proposta de preços não constar o prazo de validade da proposta, entende-se que está aceito o constante neste Edital.

11.10 Indicar o número da conta corrente da empresa, agência e banco correspondente, para que sejam efetuados os pagamentos oriundos dos fornecimentos do objeto, no caso de contratação.

11.11 Se a Proposta de Preços não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a (o) Pregoeira (o) considerará a proposta desclassificada.

11.12 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

11.13 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

11.14 Em caso de divergência entre os valores unitários e valores globais serão considerados os primeiros, estando autorizado a (o) Pregoeira (o) a proceder aos cálculos aritméticos para obtenção do valor global, cujo resultado não poderá ser diferente (a maior) do preço já registrado no procedimento, sob pena de desclassificação.

## **12 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

12.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública presencial, na data, horário e local indicados neste Edital.

12.2 O Agente de Contratação/pregoeiro ou a Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no edital e seus anexos.

12.3 Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas, nos termos do item 9 deste Edital. O não credenciamento de representante legal na sessão pública, bem como eventual incorreção nos documentos de identificação apresentados, não inabilitará a licitante, mas fará com que ela participe do certame apenas com o preço constante no envelope da proposta.

12.4 Excetua-se a hipótese de ausência da atividade pertinente ao objeto da licitação no Contrato Social da empresa, situação que inviabilizará a formulação de lances verbais e implicará prejuízo à manifestação de intenção de recorrer, bem como à prática de quaisquer atos relativos à presente licitação que exijam a presença de representante legal.

12.5 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada em ata de sessão.

12.6 Iniciada a etapa competitiva, o lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item e cada licitante disporá de 01 (um) minuto para apresentar a nova proposta.

12.7 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 00,10 (dez centavos).



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



12.8 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/ Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa, para a definição das demais colocações.

12.9 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

12.10 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.10.1 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

12.10.2 Encerrada a etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurado, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem declarado enquadramento como ME/EPP.

12.10.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance será considerado empatado com a primeira colocada.

12.10.4 Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

12.10.5 A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada no ato da licitação para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

12.10.6 Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte, que se enquadrarem na hipótese do item 8 deste edital.

12.10.7 O disposto no item 12.14. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

12.10.8 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.10.9 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos licitantes por:

12.10.9.1 Empresas sediadas no município de Atalaia do Norte/AM;

12.10.9.2 Empresas sediadas nos municípios constituintes da mesorregião do Estado do Amazonas;

12.10.9.3 Empresas sediadas em qualquer município do Estado do Amazonas, desde que se demonstre a eficiência, economicidade e vantajosidade para a Administração;

12.10.9.4 Empresas Brasileiras;

12.10.9.5 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

12.10.9.6 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;

12.11 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

12.12 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



12.13 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

12.14 O resultado da negociação será registrado em ata de sessão.

12.15 O Pregoeiro/Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, Certificado de Registro dos Medicamentos, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, por meio do e-mail comissaomunicipaldelicitacao25@gmail.com ou mesmo protocolo físico junto a CML, ou podendo ser apresentada na retomada do certame, quando informado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, sob pena de inabilitação**, contendo os dados abaixo listados e, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados:

I - Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, e-mail, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver), conforme modelo anexo IV;

II - O preço unitário e total para cada item cotado, especificados no Termo de Referência;

III - A descrição do item cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Termo de Referência;

IV - Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;

V - Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento;

12.16 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.17 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando aos presentes a nova data e horário para a continuidade da sessão.

12.18 Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### **13 DA FASE DE JULGAMENTO**

13.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação verificará se a proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislações correlatas e no item 7.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

13.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sanções/ceis>); e

13.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sanções/cnep>).

13.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php?validar=form](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form)).

13.1.4 Inidôneos - Licitantes Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:9529200282257:::p3\\_tipo\\_relacao:inabilitado](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:9529200282257:::p3_tipo_relacao:inabilitado))



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



- 13.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 13.3 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 13.4 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 13.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 13.6 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 13.7 Constatada a existência de sanção, impedimento ou proibição o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 13.8 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 13.9 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se válido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 13.10 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 13.11 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 13.12 Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 13.12.1 Contiver vícios insanáveis;
  - 13.12.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos pertinentes;
  - 13.12.3 Que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, em termos análogos aos do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.
  - 13.12.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 13.12.5 Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
  - 13.12.6 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 13.13 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 13.14 Sempre que houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou quando se fizerem necessários esclarecimentos complementares, o Pregoeiro deverá promover diligência para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta, através de planilha de custos, contendo encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente, acompanhados de notas fiscais de entrada e saída da marca ofertada, cujo valor seja igual ou similar ao ofertado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do encerramento da sessão, no qual constará lavrada em ata.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



13.15 O prazo previsto no item 13.14 é único, comum e improrrogável, aplicável a todos os licitantes cujas propostas apresentem valores abaixo da média apurada ou indícios de inexequibilidade, independentemente da posição de classificação, inclusive para os licitantes subsequentes eventualmente convocados.

13.16 Findo o prazo assinalado sem a devida comprovação da exequibilidade da proposta, restará preclusa a oportunidade conferida ao licitante, implicando sua imediata desclassificação, nos termos do item 13.12 deste Edital.

13.17 O procedimento descrito neste item não caracteriza cerceamento de defesa nem afronta ao princípio da isonomia, uma vez que todos os licitantes foram previamente cientificados, em igualdade de condições, acerca do prazo e das regras aplicáveis à comprovação da exequibilidade das propostas.

#### **14 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

14.1 Os documentos previstos neste Edital/Termo de Referência, são necessários para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 As empresas deverão apresentar os documentos de habilitação em via única no envelope nº 1:

14.3 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital/Termo de Referência, o licitante será declarado vencedor.

14.4 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital/Termo de Referência.

#### **14.5 DOCUMENTOS PERTINENTES À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

14.5.1 Registro comercial em se tratando de **empresa individual**;

14.5.2 Em se tratando de **microempreendedor individual** – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)

14.5.3 No caso de **sociedade empresária** ou **empresa individual de responsabilidade limitada** - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

14.5.4 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com suas alterações (se houver) ou com a última alteração social consolidada, devidamente registrado na Junta Comercial, para as sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações e dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores.

14.5.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

14.5.6 No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

14.5.7 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.5.8 Os documentos indicados nos itens 14.5.1 a 14.5.6 **deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva** e deles deverá constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto deste Pregão



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



14.6 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição nem a apresentação de novos documentos, exceto quando determinada diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e do § 4º do art. 39 da IN nº 73/2022:

14.6.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

14.6.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

14.7 Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.8 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital/Termo de Referência, observado o prazo disposto neste edital.

**14.9 DOCUMENTOS PERTINENTES À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, pertinente ao ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, com emissão não inferior a 90 (noventa) dias, acompanhado do QSA (Quadro de Sócios Administrativos);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, em validade.

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta ou Positiva com Efeitos de Negativa, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada, em validade;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada, em validade;

f) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em validade;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Lei nº. 12.440, de 12 de abril de 2011).

14.9.1 As certidões deverão estar válidas na data da abertura da sessão pública, caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.9.2 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização

14.10 Fica a critério do Pregoeiro, em caso de dúvida quanto à autenticidade das certidões, confirmar nos sites dos órgãos emissores a veracidade das mesmas.

**14.11 DOCUMENTOS PERTINENTES À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

14.11.1 A qualificação técnica consistirá em comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de **Atestados de Capacidade Técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento compatível ao objeto identificado no Termo de Referência.

14.11.2 Comprovação de aptidão através de no **mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica**, que comprove que a empresa licitante tenha executado ou esteja executando contrato compatível com o objeto deste edital, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

14.12 No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s), deverá (ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão, preferencialmente munidos de mecanismos de verificação ou autenticação.

14.13 No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá (ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa e formas de contato, ou munidos de mecanismos de verificação ou autenticação.

14.14 Para efeitos de julgamento objetivo, considerar-se-á para comprovação de aptidão técnica que a licitante tenha fornecido ou esteja fornecendo, quantitativo mínimo de 10% (dez por cento) da estimativa total do objeto, referente ao(s) item(s) para o (s) qual (is) está apresentando sua proposta de preços;

14.15 Poderá ser exigida cópia do Contrato a que se refere o Atestado de Capacidade Técnica para averiguação. O atestado deve conter informações do seu emitente como telefone e endereço, de forma que o município possa fazer contato para verificar sua autenticidade se for necessário.

14.16 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

14.17 A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, conforme estabelece este Edital, tendo em vista a aquisição, é motivo de inabilitação.

14.18 Certidão de Regularidade Técnica: Emitida pelo CRF (Conselho Regional de Farmácia), comprovando que a empresa está com o registro ativo e o farmacêutico responsável habilitado;

14.18.1 Fotocópia autenticada da Carteira de Registro no CRF do Farmacêutico responsável;

14.18.2 Comprovação de Vínculo empregatício do Farmacêutico através da cópia da CTPS ou Contrato particular com a proponente registrado em Cartório. (Na hipótese do Farmacêutico ser Sócio da empresa, não haverá a necessidade de tal documento);

14.19 **Licença de Funcionamento (LF)** estadual e/ou municipal emitida pela Vigilância Sanitária (Alvará Sanitário) ou protocolo de solicitação da LF autenticado, de acordo com a legislação vigente, acompanhado da licença sanitária se estiver vencida, explicitando claramente as atividades a serem autorizadas pela empresa, sendo estas (s) compatível (is) com o objeto da licitação ou declaração emitida pela Vigilância Sanitária.

14.20 **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)** emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ou cópia legível da publicação no D.O.U. –, explicitando claramente as atividades a serem exercidas pela empresa.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



14.20.1 Para os medicamentos que apresentem substância sujeitos a controle especial pertencente à Portaria nº 344 MS de 12 de maio de 1998 — ANVISA, será exigida também a **Autorização Especial (AE)**, Licença concedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (SVS/MS), explicitando claramente as atividades a serem exercidas pela empresa.

14.21 **Certificado de Registro dos Medicamentos, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**, expedido via Internet, em original, ou cópia da publicação no D.O.U., legível e assinada, em validade ou pedido de revalidação, datado do semestre anterior ao do vencimento, caso o prazo esteja vencido, acompanhado do respectivo Registro a ser revalidado.

14.22 Caso o medicamento cotado seja dispensado do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, deverá ser apresentada cópia do ato que isenta o produto de registro, conforme previsto na RDC nº 576/2021 e suas atualizações.

14.23 A exigência prevista nos itens 14.21 e 14.22 deverão ser apresentadas somente no caso da apresentação da proposta reformulada, devendo o pregoeiro informar a retomada do certame, sob pena de inabilitação.

**14.24 DOCUMENTOS PERTINENTES À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA:**

14.25 Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

14.26 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

14.27 Balanço patrimonial e demonstrações de resultado contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, **com o cumprimento das seguintes formalidades;**

- a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo;
- b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente);
- c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);
- d) Demonstração da escrituração Contábil/Fiscal/Pessoal regular;
- e) Comprovante de habilitação do profissional, bem como sua situação regular perante o seu Conselho Regional de Contabilidade;

14.28 Certidão expedida pela Junta Comercial competente, que comprove o registro do Livro Diário da empresa, devendo essa ser apresentada para fins de verificação da autenticidade da escrituração contábil.

14.29 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 01 (hum) resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



$$LG = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

14.30 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

14.31 As licitantes deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico financeira, através de declaração para comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

## **15 DECLARAÇÕES**

15.1 A licitante deverá apresentar de maneira conjunta as seguintes declarações:

15.1.1 Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

15.1.2 Declaração de que não possuem empregado executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

15.1.3 Declaração de que não existem fatos impeditivos para sua habilitação e participação na licitação;

15.1.4 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

15.1.5 Declaração de Veracidade;

15.1.6 Declaração de que não possui vínculo empregatício com a futura contratante;

15.1.7 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

15.1.8 A licitante deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que não possui em seu quadro de sócios, dirigentes ou funcionários, servidor público da esfera contratante com atuação direta ou indireta na licitação ou no contrato, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

## **16 DOS RECURSOS E DA REABERTURA DA SESSÃO**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



16.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

16.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

16.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

16.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

16.3.4 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

16.4 Os recursos deverão ser protocolados no Protocolo da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM, como destino a Comissão Municipal de Licitação - CML, ou via e-mail: [comissamunicipaldelicitacao25@gmail.com](mailto:comissamunicipaldelicitacao25@gmail.com)

16.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na CML.

16.11 A sessão poderá ser reaberta:

16.11.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.11.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.12 Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a reabertura da sessão, por meio do e-mail informado na proposta de preços, quando for o caso, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## **17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

17.1 Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará e homologará a licitação.

## **18 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



18.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

18.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

18.2.1 A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

18.2.2 A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

18.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

18.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

18.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

18.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

18.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

18.8 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (hum) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

## **19 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

19.1 As obrigações da Contratante e da Contratada serão as estabelecidas no Termo de Referência.

## **20 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

20.1 A solicitação para o fornecimento dos itens serão as estabelecidas no Termo de Referência.

## **21 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

21.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

21.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação ou Comissão de Compras Públicas durante o certame;

21.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

21.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

21.1.2.4 Deixar de apresentar amostra; ou

21.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

21.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



21.1.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

21.1.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

21.1.6 Fraudar a licitação;

21.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.7.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

21.1.7.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.7.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

21.1.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

21.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

21.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1 Advertência;

21.2.2 Multa;

21.2.3 Impedimento de licitar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

21.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

21.3.2 As peculiaridades do caso concreto

21.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

21.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

21.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

21.4.1 Para as infrações previstas nos itens 21.2.1, a 21.2.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

21.4.2 Para as infrações previstas nos itens 21.1.4 a 21.1.9 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

21.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicados ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 21.1.1 a 21.1.4 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



21.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 21.1.4 a 21.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 21.2.1 a 21.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

21.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

21.10 A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidora estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

21.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

21.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditória dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

21.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **22 DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

22.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, mediante petição, por meio do e-mail: [comissao municipal delicitacao25@gmail.com](mailto:comissao municipal delicitacao25@gmail.com)

22.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será enviada pelo e-mail mencionado no item anterior no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.4 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

22.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



- 23.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 23.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário local.
- 23.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo prevalecerão as deste Edital.
- 23.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://atalaiadonorte.am.gov.br>.
- 23.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 23.11.1 ANEXO I – Termo de Referência
  - 23.11.1.1 Apêndice ANEXO I - Resumo Técnico – Administrativo
  - 23.11.2 ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços
  - 23.11.3 ANEXO III – Cadastro Reserva
  - 23.11.4 ANEXO IV – Declarações

Atalaia do Norte/AM, 24 de março de 2026

**DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA**  
Prefeito Municipal de Atalaia do Norte/AM

**ANDERSON JERRY SOUZA GOES**  
Secretário Municipal de Saúde



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
Processo Administrativo nº 1204/2026

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALAIA DO NORTE**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

N.	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	ACICLOVIR, forma farmacêutica: pó liofilizado para solução injetável; concentração: 250 mg; forma de apresentação: frasco ampola.	frasco ampola	50
2	ÁCIDO ASCÓRBICO, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 100mg/ml; forma de apresentação: ampola com 5 ml.	ampola	3.000
3	ÁCIDO TRANEXÂMICO, forma farmacêutica: solução injetável IV; concentração: 50mg/ml; forma de apresentação: ampola com 5 ml	ampola	1.500
4	ADENOSINA, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 3mg/ml; forma de apresentação: ampola com 2 ml	ampola	200
5	ADRENALINA (epinefrina, bitartarato ou cloridrato), concentração: 1ml/ml, apresentação: ampola de 1 ml	ampola	500
6	ÁGUA DESTILADA, forma de apresentação: ampola 10 ml	ampola	5.000
7	AMICACINA, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 250mg/ml; forma de apresentação: ampola com 2 ml	ampola	300
8	AMINOFILINA, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 24mg/ml; forma de apresentação: ampola com 10 ml	ampola	100
9	AMIODARONA, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 50mg/ml; forma de apresentação: ampola com 3 ml.	ampola	100
10	AMPICILINA, forma farmacêutica: pó liofilizado, concentração: 1 g, forma de apresentação: frasco-ampola	frasco-ampola	2.000
11	AMPICILINA, forma farmacêutica: pó liofilizado para solução injetável; concentração: 500 mg; forma de apresentação: frasco ampola	frasco-ampola	2.000
12	ATROPINA, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 0,25mg/ml; forma de apresentação: ampola com 1 ml	ampola	500
13	BECLOMETASONA (dipropionato), forma farmacêutica: suspensão para inalação; concentração: 400mcg/ml; forma de apresentação: flaconete 2 ml	flaconete	100
14	BENZILPENICILINA BENZATINA, forma farmacêutica: pó liofilizado para suspensão injetável; concentração: 600.000UI; forma de apresentação: frasco ampola	frasco ampola	1.000
15	BENZILPENICILINA BENZATINA PÓ para solução injetável, concentração: 1.200.000UI, apresentação: frasco ampola	frasco ampola	2.000
16	BENZILPENICILINA PROCAÍNA + POTÁSSICA, forma farmacêutica: pó para solução injetável; concentração: 300.000UI + 100.000UI/ml; forma de apresentação: frasco ampola	frasco ampola	1.000



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



17	BICARBONATO DE SÓDIO solução injetável, concentração: 8,4%, apresentação: ampola de 10ml	frasco ampola	100
18	BROMOPRIDA, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 5mg/ml; forma de apresentação: ampola com 2 ml	ampola	2.000
19	BUPIVACAÍNA (cloridrato), forma farmacêutica: solução injetável (sem vasoconstritor), concentração: 0,50% (5mg/ml); forma de apresentação: frasco ampola com 20ml, embalagem estéril	ampola	200
20	BUPIVACAÍNA (cloridrato) + glicose sol. injetável p/ raqui hiperbárica em embalagem estéril, 0,5% + 8% (5mg+80mg/ml): ampola 4 ml	ampola	500
21	CEFALOTINA, forma farmacêutica: pó liofilizado para solução injetável; concentração: 1 g; forma de apresentação: frasco ampola	frasco ampola	2.000
22	CEFEPIMA, forma farmacêutica: pó liofilizado para solução injetável; concentração: 1 g; forma de apresentação: frasco ampola	frasco ampola	1.000
23	CEFTRIAXONA, forma farmacêutica: pó para solução injetável; concentração: 1 g; forma de apresentação: frasco ampola	frasco ampola	10.000
24	CIPROFLOXACINO, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 200 mg; forma de apresentação: frasco/bolsa com 100 ml	frasco/bolsa	100
25	CIPROFLOXACINO, forma farmacêutica: solução oftálmica; concentração: 3,5 mg/ml; forma de apresentação: frasco com 5 ml	frasco	50
26	CLARITROMICINA, forma farmacêutica: pó liofilizado para solução injetável; concentração: 500 mg; forma de apresentação: frasco ampola	frasco ampola	50
27	CLINDAMICINA, solução injetável 150mg/ml - 4ml	ampola	1.000
28	CLORETO DE SÓDIO, forma farmacêutica: solução injetável, concentração: 0,9%, forma de apresentação: embalagem sistema fechado com 100 ml	frasco/bolsa	10.000
29	CLORETO DE SÓDIO, forma farmacêutica: solução injetável, concentração: 0,9%, forma de apresentação: embalagem sistema fechado com 250 ml	frasco/bolsa	15.000
30	CLORETO DE SÓDIO, forma farmacêutica: solução injetável, concentração: 0,9%, forma de apresentação: embalagem sistema fechado com 500 ml	frasco/bolsa	10.000
31	COLAGENASE + CLORANFENICOL, forma farmacêutica: pomada; concentração: 0,6ul + 0,01g/g; forma de apresentação: bisnaga com 30 g.	bisnaga	100
32	DEXAMETASONA (fosfato), forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 4mg/ml; forma de apresentação: ampola com 2,5 ml	ampola	6.000
33	DIAZEPAM, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 5mg/ml; forma de apresentação: ampola com 2 ml	ampola	300
34	DICLOFENACO SÓDICO, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 25mg/ml; forma de apresentação: ampola com 3 ml	ampola	6.000
35	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA (cloridrato) 50 mg + 50 mg/ml, solução injetável, ampola de 1 ml	ampola	200
36	DIPIRONA SÓDICA, forma farmacêutica: solução injetável, concentração: 500mg/ml, forma de apresentação: ampola com 2 ml	ampola	20.000



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



37	DOPAMINA (CLORIDRATO), forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 5mg/ml; forma de apresentação: ampola com 10 ml	ampola	50
38	ENOXAPARINA SÓDICA, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 40mg/0,4ml; forma de apresentação: seringa preenchida, com dispositivo de segurança	Seringa preenchida	100
39	ESCETAMINA (CLORIDRATO), forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 50mg/ml; unidade de fornecimento: frasco ampola com 10 ml	ampola	100
40	ESCOPOLAMINA, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 20mg/ml; forma de apresentação: ampola com 1 ml	ampola	3.000
41	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) solução oral, concentração: 10mg/ml, apresentação: frasco 20 ml	frasco	100
42	ETILEFRINA, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 10mg/ml; forma de apresentação: ampola com 1 ml	ampola	200
43	FENITOÍNA, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 50mg/ml; forma de apresentação: ampola com 5 ml	ampola	50
44	FENOBARBITAL, forma farmacêutica: solução oral; concentração: 40mg/ml; forma de apresentação: frasco com 20 ml	ampola	50
45	FITOMENADIONA, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 10mg/ml; forma de apresentação: ampola com 1 ml	ampola	500
46	FLUMAZENIL, forma farmacêutica: solução injetável (iv); concentração: 0,1mg/ml; forma de apresentação: ampola com 5 ml	ampola	50
47	FUROSEMIDA, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 10mg/ml; forma de apresentação: ampola com 2 ml	ampola	1.000
48	GENTAMICINA, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 40mg/ml; forma de apresentação: ampola com 1 ml	ampola	3.000
49	GLICERINA, forma farmacêutica: solução enema; concentração: 12%; forma de apresentação: frasco com 500 ml	frasco	50
50	GLICOSE, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 25%; forma de apresentação: ampola com 10 ml	ampola	1.000
51	GLICOSE, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 50%; forma de apresentação: ampola com 10 ml	ampola	1.000
52	GLICOSE, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 5%; forma de apresentação: frasco ou bolsa com 250ml com sistema fechado	frasco ou bolsa	1.500
53	GLICOSE, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 5%; forma de apresentação: frasco ou bolsa com 500ml com sistema fechado	frasco ou bolsa	800
54	HALOPERIDOL, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 50mg/ml; forma de apresentação: ampola com 1 ml	ampola	50
55	HIDRALAZINA, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 20mg/ml; forma de apresentação: ampola com 1 ml	ampola	500
56	HIDROCORTISONA (succinato sódico), forma farmacêutica: pó p/ solução injetável; concentração: 100mg; forma de apresentação: frasco ampola	frasco ampola	1.500



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



57	HIDROCORTISONA (succinato sódico), forma farmacêutica: pó p/ solução injetável; concentração: 500mg; forma de apresentação: frasco ampola	frasco ampola	3.000
58	IDOPOVIDONA, forma farmacêutica: solução aquosa; concentração: 10%; forma de apresentação: frasco com 1000ml	frasco	50
59	IDOPOVIDONA, forma farmacêutica: solução degermante; concentração: 1%; forma de apresentação: frasco com 1000ml	frasco	50
60	IPRATRÓPIO (BROMETO), forma farmacêutica: solução inalatória; concentração: 0,25mg/ml; forma de apresentação: frasco com 20 ml	frasco	100
61	ISOSSORBIDA (DINITRATO), forma farmacêutica: comprimido sublingual; concentração: 20 mg.	comprimido	200
62	ISOSSORBIDA (MONONITRATO), forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 10 mg; forma de apresentação: ampola com 1 ml	ampola	50
63	LIDOCAÍNA (CLORIDRATO), forma farmacêutica: geleia; concentração: 2%; forma de apresentação: bisnaga com 30g	bisnaga	600
64	LIDOCAÍNA, forma farmacêutica: solução injetável (com vasoconstrictor); concentração: 2%; forma de apresentação: frasco ampola com 20ml, embalagem individual estéril	ampola	100
65	LIDOCAÍNA, forma farmacêutica: solução injetável (sem vasoconstrictor); concentração: 2%; forma de apresentação: frasco ampola com 20ml, embalagem individual estéril	ampola	100
66	LIDOCAÍNA, forma farmacêutica: solução tópica; concentração: 10% (100mg/ml); forma de apresentação: frasco spray com 50ml	frasco	20
67	MAGNÉSIO (sulfato), forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 10%; forma de apresentação: ampola com 10 ml	ampola	100
68	MANITOL, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 20%; forma de apresentação: bolsa ou frasco em sistema fechado com 250 ml	frasco	50
69	MEROPENEM PÓ p/ solução injetável, concentração: 1g, apresentação: frasco ampola	frasco-ampola	200
70	METILERGOMETRINA, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 0,2mg/ml; forma de apresentação: ampola com 1 ml	ampola	200
71	METOCLOPRAMIDA (cloridrato), forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 5mg/ml; forma de apresentação: ampola com 2 ml	ampola	3.000
72	METOPROLOL (tartarato), forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 5 mg; forma de apresentação: seringa preenchida com 5 ml	ampola	50
73	METRONIDAZOL, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 5mg/ml; unidade de fornecimento: frasco/bolsa sistema fechado com 100 ml	frasco / bolsa	1.500
74	MIDAZOLAM, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 5mg/ml; forma de apresentação: ampola com 10 ml	ampola	100
75	MORFINA (sulfato), forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 10mg/ml; forma de apresentação: ampola com 1 ml	ampola	100
76	NITROGLICERINA, forma farmacêutica: solução injetável, concentração: 5mg/ml, forma de apresentação: ampola com 5 ml	ampola	50



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



77	NITROPRUSSETO DE SÓDIO, forma farmacêutica: pó liofilizado para solução injetável; concentração: 50mg; forma de apresentação: frasco ampola	ampola	50
78	NOREPINEFRINA (hemitartrato), forma farmacêutica: solução injetável, concentração: 2mg/ml, forma de apresentação: ampola de 4 ml	ampola	150
79	OMEPRAZOL, forma farmacêutica: pó liofilizado para solução injetável; concentração: 40mg; forma de apresentação: frasco ampola	frasco ampola	1.000
80	ONDANSETRONA, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 2mg/ml; forma de apresentação: ampola com 4 ml	ampola	2.000
81	OXACILINA, forma farmacêutica: pó liofilizado para solução injetável; concentração: 500mg; forma de apresentação: frasco ampola	frasco - ampola	2.000
82	ÓXIDO DE ZINCO + VITAMINA A (retinol) + VITAMINA D (coleciferol), forma farmacêutica: pomada; concentração: 150mg/g 5000ui/g 900ui/g; forma de apresentação: bisnaga com 45 g	bisnaga	50
83	PETIDINA (cloridrato), forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 50mg/ml; forma de apresentação: ampola com 2 ml	ampola	100
84	PROMETAZINA (cloridrato), forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 25mg/ml; forma de apresentação: ampola com 2ml	ampola	200
85	RINGER COM LACTATO, forma farmacêutica: solução injetável; forma de apresentação: frasco ou bolsa em sistema fechado com 250 ml	frasco ou bolsa	15.000
86	RINGER COM LACTATO, forma farmacêutica: solução injetável; forma de apresentação: frasco ou bolsa em sistema fechado com 500 ml	frasco ou bolsa	10.000
87	SALBUTAMOL (sulfato), forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 0,5mg/ml; forma de apresentação: ampola com 1 ml	ampola	500
88	SALBUTAMOL (sulfato), forma farmacêutica: solução para nebulização; concentração: 5mg/ml; forma de apresentação: frasco com 10 ml.	frasco	100
89	SULFADIAZINA DE PRATA, forma farmacêutica: creme dermatológico; concentração: 10mg/g; forma de apresentação: pote com 400 g	pote	20
90	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 400 + 80mg/5ml; forma de apresentação: ampola com 5 ml	ampola	1.000
91	TENOXICAM, forma farmacêutica: pó liofilizado para solução injetável; concentração: 20mg; forma de apresentação: frasco ampola	frasco ampola	5.000
92	TENOXICAM, forma farmacêutica: pó liofilizado para solução injetável; concentração: 40mg; forma de apresentação: frasco ampola	frasco ampola	5.000
93	TRAMADOL, forma farmacêutica: solução injetável; concentração: 50mg/l; forma de apresentação: ampola com 2 ml	ampola	1.000
94	VANCOMICINA, forma farmacêutica: pó liofilizado para solução injetável; concentração: 500mg; forma de apresentação: frasco ampola	frasco ampola	100
95	VITAMINAS DO COMPLEXO B, forma farmacêutica: solução injetável; forma de apresentação: ampola com 2 ml	ampola	10.000
96	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO injetável	ampola	200



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



97	AMPICILINA + SUBACTAM 1,0g/0,5g	frasco - ampola	200
98	PIPERACILINA SÓDICA + TAZOBACTAM	frasco - ampola	5.000
99	CIANOCOBALAMINA injetável	ampola	500
100	Loção Derma (100ml) / A.G.E (ácidos graxos essenciais) NÃO RENAME	UND	400
101	Xarope (100ml) / Acebrofilina Xarope 10mg/ml NÃO RENAME	UND	800
102	Suspensão injetável / Acetato de betametasona + fosfato dissodico de betametasona 3 mg/mL + 3 mg/mL RENAME	UND	1.000
103	Xarope / Ambroxol 30mg/5ml NÃO RENAME	UND	5.000
104	Xarope / Ambroxol 15mg/5ml NÃO RENAME	UND	5.000
105	Comp. / Amitriptilina 25mg RENAME	UND	60.000
106	Bisnagas/(10g) / Acetato de Dexametazona - 1 mg/g RENAME	UND	3.000
107	Comp / Ácido acetilsalicílico 100mg RENAME	UND	120.000
108	Pomada / Ácido salicílico 50 mg/g (5%) (FN)RENAME	UND	1.000
109	Sol Oral. / Acetilcisteína 40 m,g /ml. NÃO RENAME	UND	3.120
110	Bisnagas/(10g) / Aciclovir Creme 50mg/g, RENAME	UND	3.000
111	Comp / Aciclovir de 200 mg, RENAME	UND	20.000
112	Comp. / Ácido Ascórbico 500mg (Vit C) NÃO RENAME	UND	30.000
113	Sol Oral. / Ácido Ascórbico (Vit C) NÃO RENAME	UND	12.000
114	Comp. / Ácido Fólico 5mg RENAME	UND	80.000
115	Sol Oral. / Ácido Fólico Solução Oral 0,2 mg/ml RENAME	UND	1.000
116	Comp / Albendazol 400mg. RENAME	UND	25.000
117	Sol Oral. / Albendazol 400mg. RENAME	UND	12.000
118	Comp / Alendronato de sódio 70mg RENAME	UND	10.000
119	Inalatório / Alenia (fumarato de formoterol di-hidratado 12mcg + budesonida 400mcg) REMANE ESPECIALIZADO	UND	2.880
120	Comp. / Alprazolam 0,5mg NÃO RENAME	UND	2.808
121	Comp. / Alprazolam 1mg NÃO RENAME	UND	2.000
122	Comp. / Alprazolam 2mg NÃO RENAME	UND	2.000
123	Comp / Alopurinol de 100 mg. RENAME	UND	1.000
124	Comp / Alopurinol de 300 mg. RENAME	UND	2.000
125	Comp. / Amoxicilina + AcidoClavulânico 500mg + 125 mg. RENAME	UND	32.760
126	Susp Oral (75ml) / Amoxicilina + Clavulanato de Potássio Pó Suspensão Oral 250 ml/5 ml + 62,5mg/5 ml. RENAME	UND	2.800
127	Comp. / Amiodarona 200mg NÃO RENAME	UND	1.500
128	Susp Oral / Amoxicilina 250mg/5mL RENAME	UND	4.200
129	Comp / Amoxicilina de 500 mg. RENAME	UND	90.000
130	Comp / Anlodipino de 10 mg. RENAME	UND	50.000
131	Comp / Anlodipino de 5 mg. RENAME	UND	82.000
132	Comp. / Aripiprazol 10mg NÃO RENAME	UND	3.000
133	Comp / Atenolol de 25mg. RENAME	UND	1.000



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



134	Comp / Azatioprina 50mg RENAME	UND	1.000
135	Susp Oral (30ml) / Azitromicina 40mg/5 ml. RENAME	UND	4.800
136	Comp. / Azitromicina 500mg RENAME	UND	25.000
137	Creme / Babosa (Aloe vera (L.) Burm. f.) RENAME	UND	500
138	Gel / Babosa (Aloe vera (L.) Burm. RENAME	UND	500
139	Frasco / Beclometasona 250mcg/dose. Spray RENAME	UND	600
140	Comp / Biperideno 2mg RENAME	UND	2.000
141	Solução para inalação / brometo de ipratrópio 0,25 mg/ML RENAME	UND	1.200
142	Suspensão para inalação / Budesonida 32 MCG RENAME	UND	500
143	Suspensão para inalação / Budesonida 64 MCG RENAME	UND	500
144	Frasco. / Carbamazepina 20mg/ml RENAME	UND	500
145	Comp. / Carbamazepina 200 RENAME	UND	40.000
146	Comp. Carbonato de Lítio 300mg RENAME	UND	5.000
147	Comp. / Captopril 25 mg RENAME	UND	100.000
148	Comp. / Carbonato de Cálcio de 1250 mg (equivalente 500mg de Ca++). RENAME	UND	8.000
149	Comp / carbonato de cálcio + colecalciferol 1.500 mg (600 mg de cálcio) + 400 unidades internacionais RENAME	UND	4.000
150	Comp / Carvedilol 12,5 mg. RENAME	UND	2.800
151	Comp / Carvedilol 3,25 mg. RENAME	UND	3.000
152	Comp / Carvedilol 6,25 mg. RENAME	UND	2.800
153	Comp. / Cefalexina 500 mg. RENAME	UND	62.000
154	Susp Oral (60ml) / Cefalexina de 50mg/ml. RENAME	UND	3.300
155	Comp./Clopidogrel, Forma Farmacêutica: Comprimido; Concentração: 75mg RENAME	UND	5.000
156	Pó para solução injetável / Ceftriaxona 1 mg RENAME	UND	1.000
157	Pó para solução injetável / Ceftriaxona 500mg RENAME	UND	1.000
158	Bisnaga (30g) / Cetoconazol 20 mg/g. NÃO RENAME	UND	3.000
159	Comp. / Cetoconazol 200 mg. NÃO RENAME	UND	10.000
160	Xampu / Cetoconazol 20 mg/g (2%) RENAME	UND	500
161	Comp. / Cinarizina 25mg NÃO RENAME	UND	2.000
162	Comp. / Ciprofibrato 100 mg. RENAME	UND	3.000
163	Comp / Ciprofloxacino (Cloridrato) de 500mg. RENAME	UND	16.000
164	Comp. / Citalopram 20mg NÃO RENAME	UND	3.000
165	Comprimido / Claritromicina 500mg. RENAME	UND	5.000
166	Frasco. / Clonazepam 2,5mg/ml. RENAME	UND	300
167	Comp. / Clonazepam 2mg NÃO RENAME	UND	3.000
168	Comp. / Clonazepam 0,5mg NÃO RENAME	UND	4.000
169	Comp. / Clorpromazina 25mg RENAME	UND	300
170	Comp. / Clorpromazina 100mg RENAME	UND	2.800
171	Solução Nasal (30ml) / Cloreto de sódio 0,9%. RENAME	UND	800
172	Solução oral / Cloridrato de Hidroxizina 10mg/5ml. NÃO RENAME	UND	800
173	Comp. / Dexclorfeniramina 2mg RENAME	UND	15.000
174	Solução Oral (100ml) / Dexclorfeniramina (Maleato) 0,4mg/ml. RENAME	UND	3.200



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



175	Binaga / Dexametasona 1mg/g 10g	UND	3.500
176	Elixir / Dexametasona 0,1 mg/ML RENAME	UND	1.800
177	Suspensão oftálmica / Dexametasona 1 mg/mL (0,1%) RENAME	UND	1.000
178	Comp / Dexametasona 4mg RENAME	UND	3.000
179	Comp / Diazepam 5mg RENAME	UND	5.450
180	Comp / Diazepam 10mg RENAME	UND	5.000
181	Comp. / Diclonofaco Sódico 50mg NÃO RENAME	UND	30.000
182	Gel dermatológico / Diclofenaco dietilamonio 11,6mg/g NÃO RENAME	UND	2.100
183	Comp / Digoxina 0,25mg. RENAME	UND	2.000
184	Frasco / Digoxina 0,05mg/ml Elixir RENAME	UND	300
185	Comp / Dipirona 500mg RENAME	UND	120.000
186	Frascos (10mL) / Dipirona 500mg/ml RENAME	UND	10.500
187	Comp sublingual / Dinitrato de isossorbida 5mg RENAME	UND	2.000
188	Comp / Doxicilina 100 mg comprimido. RENAME ESTRATÉGICO	UND	6.000
189	Comp / Enalapril 5 mg RENAME	UND	60.000
190	Comp / Enalapril 10 mg RENAME	UND	50.000
191	Comp / Enalapril 20 mg RENAME	UND	50.000
192	Comp / Escopolamina (Butilbrometo) + Dipirona 10mg+250mg. NÃO RENAME	UND	15.600
193	Sol Oral (20ml) / Escopolamina (Butilbrometo) + Dipirona Gotas 10mg/ml. NÃO RENAME	UND	1.000
194	Comp / Espirrolactona 25mg RENAME	UND	1.000
195	Comp / Espirrolactona 100mg RENAME	UND	800
196	Comp. /Etinilestradiol + Levonorgestrel 0,15mg + 0,03 mg RENAME	UND	9.500
197	Comp. / Fenitoina 100mg RENAME	UND	6.000
198	Comp. / Fenobarbital 100mg RENAME	UND	20.000
199	Frasco. / Fenobarbital 40mg/ml RENAME	UND	500
200	Comp / Fenofibrato 200 mg. RENAME ESPECIALIZADO	UND	3.000
201	Comp / Finasterida 5mg RENAME	UND	5.000
202	Comp / Fluconazol 150mg RENAME	UND	12.000
203	Comp./ Fluoxetina 20mg RENAME	UND	10.000
204	Comp / Furosemida de 40mg. RENAME	UND	3.000
205	Comp. / Gabapentina 300mg RENAME ESPECIALIZADO	UND	2.500
206	Sol. Oftálmica (5ml) / Gentamicina (Sulfato) Solução Oftálmica 5mg/ml (0,5%). RENAME	UND	600
207	Comp / Glibenclamida 5mg RENAME	UND	60.000
208	Comp / Gliclazida 30mg RENAME	UND	8.000
209	Comp / Gliclazida 60mg RENAME	UND	5.000
210	Xarope (100ml) / Guaco (MikaniaGlomerata) Xarope 0,25mg/ml. RENAME	UND	4.200
211	Comp. / Haloperidol 1mg RENAME	UND	5.000
212	Comp. / Haloperidol 5mg RENAME	UND	8.000
213	Comp. / Hidralazina 50mg RENAME	UND	3.000
214	Comp. / Hidroclorotiazida 25mg RENAME	UND	120.000
215	Hidroxizina, forma farmacêutica: solução oral; concentração: 10mg/5ml; forma de apresentação: frasco de 100ml a 120ml	UND	800



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



216	Frasco-Ampola/ Hidrocortisona, acetato 100mg/ml. RENAME	UND	2.000
217	Frasco-Ampola/ Hidrocortisona, acetato 500mg/ml. RENAME	UND	2.000
218	Susp Oral (150ml) / Hidróxido de Alumínio 60 mg/ml. RENAME	UND	2.500
219	Comp / Ibuprofeno de 300 mg. RENAME	UND	46.800
220	Comp / Ibuprofeno de 600 mg. RENAME	UND	60.000
221	Sol Oral (30ml) / Ibuprofeno Gotas 50 mg/ml. RENAME	UND	5.000
222	Comp. / Imipramina 25mg NÃO RENAME	UND	1.500
223	Sol Inalatório (20ml) / Ipratrópio (brometo) Solução Inalatório 0,25mg/ml. RENAME	UND	600
224	Comp. / Itraconazol 100mg RENAME	UND	3.000
225	Comp. / Ivermectina 6mg RENAME	UND	3.000
226	Xarope. / Lactulose 667 mg/Ml RENAME	UND	1.200
227	Comp. / Lamotrigina 25mg RENAME ESPECIALIZADO	UND	1.500
228	Comp. / Lamotrigina 50mg RENAME ESPECIALIZADO	UND	2.000
229	Comp. / Lamotrigina 100mg RENAME ESPECIALIZADO	UND	3.000
230	Comp. / Leflunomida 20mg RENAME ESPECIALIZADO	UND	1.500
231	Comp. / Levetiracetam 500mg RENAME ESPECIALIZADO	UND	6.000
232	Comp. / Levodopa + cloridrato de Benserazida 100/25mg RENAME	UND	8.000
233	Comp. / Levodopa + cloridrato de Benserazida 200/50mg RENAME	UND	3.240
234	Comp. / Levotiroxina Sódica 50mcg RENAME	UND	2.000
235	Comp. / Levotiroxina Sódica 100mcg RENAME	UND	4.000
236	Solução otológica / Lidosporin (sulfato de polimixina B 10.000Ui/ml/ sulfato de neomicina 3,500mg/ml, fluocinolona	UND	600
237	Acetonida 0,250mg/ml, lidocaína 20mg/ml) RENAME	UND	600
238	Comp. / Loratadina de 10 mg. RENAME	UND	30.000
239	Xarope (100ml) / Loratadina Xarope 1 mg/ml) RENAME	UND	2.500
240	Comp / Metildopa de 250 mg. RENAME	UND	4.000
241	Comp. / Metotrexato 2,5mg RENAME ESPECIALIZADO	UND	8.000
242	Comp / Losartana 50 mg RENAME	UND	160.000
243	Frasco / Mebendazol 20mg/ml NÃO RENAME	UND	800
244	Comp / Metformina 500mg RENAME	UND	60.000
245	Comp / Metformina 850mg RENAME	UND	160.000
246	Comp. / Metilfenidato 10mg (Ritalina) NÃO RENAME	UND	5.000
247	Comp / Nifedipino 10mg RENAME	UND	2.500
248	Comp / Nifedipino 20mg NÃO RENAME	UND	2.500
249	Comp / Nimesulida 100mg NÃO RENAME	UND	10.000
250	Frasco / Nimesulida 50mg/ml. NÃO RENAME	UND	600
251	Susp. Inj. / medroxiprogesterona 50mg/ml	UND	1.000
252	Susp. Inj. / medroxiprogesterona 150mg/ml	UND	3.000
253	Sol Oral (10ml) / Metoclopramida Gotas 4mg/ml, RENAME	UND	5.000



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



254	Comp. / Metoclopramida 10mg RENAME	UND	20.000
255	Comp / Metoprolol de 50 mg.RENAME	UND	4.000
256	Comp / Metoprolol de 100 mg. RENAME	UND	2.000
257	Susp Oral (100ml) / Metronidazol 40mg/ml. RENAME	UND	4.200
258	Comp / Metronidazol de 250mg RENAME	UND	15.000
259	Comp / Metronidazol de 400mg. RENAME	UND	20.000
260	Geleia (50g) / Metronidazol Geleia Vaginal 100mg/g. RENAME	UND	1.000
261	Creme Dermatológico (30g) / Miconazol (Nitrato) de 20mg/g (2%). RENAME	UND	2.000
262	Creme Vaginal / Miconazol RENAME	UND	1.500
263	Pó / Micronutrientes RENAME ESTRATÉGICO	UND	500
264	Comp. / Midazolam 15mg NÃO RENAME	UND	1.000
265	Comp. /Morfina 10mg NÃO RENAME	UND	1.500
266	Comp / Naproxeno 500 mg. RENAME ESPECIALIZADO	UND	12.000
267	Pomada (15g) / Neomicina (Sulfato)5mg/g+ Bacitracina 250UI/g. NÃO RENAME	UND	3.500
268	Comp / Nimesulida 100 mg. NÃO RENAME	UND	10.000
269	Susp. Oral (60ml) / Nistatina Suspensão Oral 100.000UI/ml. RENAME	UND	1.000
270	Bisnaga / Nistatina 25.000ui/g creme vaginal NÃO RENAME	UND	400
271	Comp / Nitrofurantoína de 100mg, RENAME	UND	24.000
272	Sol. Injet. / Enantato de Noretisterona + Valerato de estradil 50 + 5mg/ml	UND	3.000
273	Comp. / Olanzapina 5mg RENAME ESPECIALIZADO	UND	1.800
274	Comp. / Olanzapina 10mg RENAME ESPECIALIZADO	UND	4.000
275	Susp Oral (100ml) / Óleo Mineral Puro (Petrolato Líquido). RENAME	UND	1.200
276	Comp / Omeprazol 20mg RENAME	UND	120.000
277	Comp. / Paroxetina 20mg NÃO RENAME	UND	1.800
278	Comp. / Paroxetina 25mg NÃO RENAME	UND	2.200
279	Frasco. / pasta-d'água (óxido de zinco 25%) 100g RENAME	UND	500
280	Comp / Paracetamol de 500 mg. RENAME	UND	110.000
281	Frascos / Paracetamol 200mg/ML RENAME	UND	20.000
282	Paracetamol + Codeína: Forma Farmacêutica: Comprimido. Concentração: 500mg + 30mg. NÃO RENAME.	UND	6.000
283	Loção / Permetrina 1% RENAME	UND	2.800
284	Loção / Permetrina 50 mg/g (5%) RENAME	UND	3.500
285	Comp. / periciazina 10mg (neuleptil) NÃO RENAME	UND	2.000
286	Frasco. / periciazina 40mg/ml (neuleptil) NÃO RENAME	UND	100
287	Frasco (100ml) / Polivitaminico (Complexo B). NÃO RENAME	UND	1.000
288	Comp / Polivitaminico (Complexo B). NÃO RENAME	UND	30.000
289	Comp / Prednisona 20mg RENAME	UND	15.000
290	Comp / Prednisona 5mg RENAME	UND	15.000



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



291	Sol Oral (60ml) / Prednisolona (Fosfato Sódico),02mg/ml (equivalente 3mg/ml RENAME	UND	1.000
292	Comp. / Pregabalina 75mg NÃO RENAME	UND	5.000
293	Comp / Prometazina 25 mg RENAME	UND	9.000
294	Comp / Propanolol 10 mg RENAME	UND	5.000
295	Comp / Propanolol 40 mg RENAME	UND	20.000
296	Comp. / Quetiapina 25mg RENAME ESPECIALIZADO	UND	3.000
297	Comp. / Quetiapina 100mg RENAME ESPECIALIZADO	UND	3.000
298	Solução Tópica (20ml) / Rifocina Spray 20 ml. NÃO RENAME	UND	500
299	Comp. / Risperidona 1mg RENAME ESPECIALIZADO	UND	8.000
300	Frasco. / Risperidona 1mg /ml RENAME ESPECIALIZADO	UND	500
301	Comp. / Risperidona 2mg RENAME ESPECIALIZADO	UND	8.000
302	Comp. / Risperidona 3mg RENAME ESPECIALIZADO	UND	2.500
303	Pó para Solução Oral (27,5g) / Sais Para Reidratação. RENAME	UND	30.000
304	Aerossol / Salbutamol (Sulfato) Aerossol de 100mcg/dose. RENAME	UND	500
305	Comp. / Sertralina 25mg NÃO RENAME	UND	3.000
306	Comp. / Sertralina 50mg NÃO RENAME	UND	9.800
307	Comp. / Sertralina 100mg NÃO RENAME	UND	3.000
308	Comp. / Sinvastatina 20mg RENAME	UND	30.000
309	Comp. / Sinvastatina 40mg RENAME	UND	25.000
310	Solução oftálmica / Sulfato de gentamicina 5mg/ml RENAME	UND	600
311	Solução pra nebulização / Sulfato de Salbutamol Inalatório 5mg/mL. RENAME	UND	320
312	Aerossol / Sulfato de Salbutamol 100mcg/dose RENAME	UND	600
313	Comp. / Simeticona 40 mg NÃO RENAME	UND	11.000
314	Emulsão Oral (15ml) / Simeticona 75 mg/ml. NÃO RENAME	UND	3.500
315	Comp / succinato de metoprolol 50 mg RENAME	UND	2.200
316	Comp / succinato de metoprolol 100mg RENAME	UND	1.800
317	Crema Derma. (30g) / Sulfadiazina de Prata 10g/g (1%) Tópico. RENAME	UND	400
318	Comprimido / Sulfametoxazol + Trimetoprima 400mg+80mg RENAME	UND	10.000
319	Susp Oral (100ml) / Sulfametoxazol + Trimetoprima 200mg/5ml+40mg/5ml. RENAME	UND	2.500
320	Comp / Sulfato ferroso de 40mg. RENAME	UND	120.000
321	Frascos (125ml) / Sulfato ferroso de 125mg/ml RENAME	UND	600
322	Comp / Sulfato de Zinco 10mg RENAME	UND	2.500
323	(Solução) / Sulfato de Zinco 4mg/Ml RENAME	UND	500
324	Comp. / Tiamina 300mg RENAME	UND	8.000
325	Comp. / Topiramado 25mg RENAME ESPECIALIZADO	UND	3.000
326	Comp. / Topiramado 50mg RENAME ESPECIALIZADO	UND	3.000
327	Comp. / Tramadol 50mg NÃO RENAME	UND	5.000
328	Comp / Varfarina sódica 1mg RENAME	UND	700
329	Comp. / Zolpidem 5mg NÃO RENAME	UND	1.200
330	Comp. / Zolpidem 10mg NÃO RENAME	UND	1.600

1.2. O objeto da presente contratação caracteriza-se como comuns, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para aquisição de medicamentos, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Atalaia do Norte, justifica-se pela necessidade de garantir o abastecimento contínuo da rede pública de saúde, assegurando o adequado atendimento à população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS.

2.2. A Secretaria Municipal de Saúde é responsável pela gestão e manutenção das unidades de saúde do município, incluindo hospitais, unidades básicas de saúde, postos de atendimento, programas de atenção básica, urgência e emergência, além de ações de assistência farmacêutica. Tais serviços dependem diretamente da disponibilidade regular de medicamentos para o tratamento, controle e prevenção de diversas enfermidades que acometem a população.

2.3. A aquisição periódica de medicamentos é fundamental para garantir a continuidade dos tratamentos prescritos por profissionais de saúde, evitar a interrupção de terapias e assegurar a adequada assistência aos pacientes atendidos pela rede municipal. A falta ou desabastecimento desses insumos pode comprometer a eficácia dos tratamentos, agravarem quadros clínicos e impactar negativamente a qualidade dos serviços de saúde prestados à população.

2.4. A adoção do sistema de registro de preços mostra-se adequada, uma vez que permite à Administração Pública realizar aquisições de forma parcelada, conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária, garantindo maior eficiência no planejamento das compras públicas. Esse modelo também proporciona economicidade, competitividade e melhor gestão dos recursos públicos, evitando aquisições excessivas ou desperdício de medicamentos.

2.5. Ademais, a contratação atende aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, assegurando que as unidades de saúde disponham dos medicamentos necessários para atender às demandas da população, garantindo a regularidade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.

2.6. Dessa forma, resta devidamente justificada a necessidade de futura e eventual contratação de pessoa jurídica para aquisição de medicamentos, como medida essencial para assegurar o funcionamento adequado da rede municipal de saúde e a continuidade da assistência farmacêutica no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Atalaia do Norte.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1 A aquisição desse objeto é parte integrante do processo de cura, reabilitação e prevenção de doenças.

3.2 Considerando que o Processo Licitatório ainda se encontra em processo de formalização, fazem-se necessário a Aquisição de medicamentos de farmácia básica e medicamentos com substância sujeita a controle especial, conforme consta na lista anexada a este, para atender às necessidades das demandas da saúde.

3.3 A aquisição torna-se imprescindível por se tratar de medicamentos a serem empregados no tratamento de pessoas, agilizando os tratamentos médicos e propiciando uma melhor recuperação da saúde do paciente.

3.4 Se fazem necessária para manter o abastecimento na Farmácia Municipal de Atalaia do Norte no fornecimento para as unidades básicas para atender as demandas desta municipalidade.

3.5 Em análise avultam-se como imprescindível por se tratar de medicamentos de farmácia básica e medicamentos sujeitos a controle especial, cuja ausência poderá colocar em risco suas vidas, além da necessidade de abastecimento dos estoques. Isto posto, os benefícios diretos e indiretos relacionam-se



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



essencialmente com a salvaguarda da integridade física dos pacientes e servidores envolvidos no atendimento, cujo tratamento necessitará do produto elencado.

3.6 A SEMSA (Secretaria Municipal de Saúde) com apoio do Poder Executivo, está tomando todas as providências cabíveis para disponibilizar à população em geral um atendimento especializado e qualificado, conforme preconiza o SUS, com o intuito de atender às necessidades dos munícipes que apresentam quadro clínico que requerem cuidados diferenciados.

3.7 O objeto deste processo licitatório é o Registro de Preços para futura Aquisição de medicamentos de farmácia básica e medicamento com substância sujeita a controle especial para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde sobre responsabilidade desta Secretaria Municipal de Saúde de Atalaia do Norte.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1. Disposições Gerais**

4.1.1. Para atender às necessidades que fundamentam a presente contratação e assegurar o alcance dos resultados pretendidos, a aquisição de medicamentos deverá observar os requisitos, procedimentos e diretrizes a seguir descritos, sem prejuízo das demais exigências previstas na legislação aplicável.

4.1.2. Os medicamentos deverão ser fornecidos de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, observando rigorosamente os padrões de qualidade, segurança e eficácia estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), garantindo adequada conservação, correta dispensação e continuidade dos serviços públicos de saúde.

##### **4.2. Requisitos Técnicos dos Medicamentos**

4.2.1. Os medicamentos deverão possuir registro sanitário válido junto ao Ministério da Saúde, por intermédio da ANVISA, sendo vedada a comercialização de produtos sem o devido registro, salvo exceções legalmente previstas.

4.2.2. Os produtos deverão estar rigorosamente em conformidade com as especificações técnicas, bula e rotulagem aprovadas pelo órgão regulador competente.

4.2.3. Todos os medicamentos deverão ser fornecidos com rótulos e bulas em língua portuguesa, contendo, no mínimo:

- a) identificação do produto;
- b) número do lote;
- c) datas de fabricação e validade;
- d) nome do responsável técnico;
- e) número de registro no Ministério da Saúde;
- f) denominação genérica;
- g) concentração e forma farmacêutica.

4.2.4. Os medicamentos deverão apresentar, no momento da entrega, prazo de validade mínimo correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) de sua vida útil total ou 12 (doze) meses, o que for maior, de forma a assegurar sua adequada utilização e evitar perdas.

4.2.5. A contratada deverá assegurar que os medicamentos sejam armazenados, transportados e entregues conforme as normas sanitárias vigentes e recomendações do fabricante, garantindo a integridade física, química e microbiológica dos produtos, inclusive com observância da cadeia de frio, quando aplicável.

4.2.6. Os produtos deverão observar integralmente os padrões de qualidade, segurança e eficácia estabelecidos pela legislação sanitária vigente.



#### **4.3. Requisitos do Fornecedor**

- 4.3.1. A empresa deverá possuir Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA, bem como Licença/Alvará Sanitário vigente.
- 4.3.2. Deverá possuir Autorização Especial (AE), quando operar com medicamentos ou insumos sujeitos a controle especial, nos termos da Portaria SVS/MS nº 344/1998.
- 4.3.3. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
- 4.3.4. Deverá executar o fornecimento em conformidade com o edital, o Termo de Referência e a proposta apresentada.
- 4.3.5. Assumir integral responsabilidade pelos custos envolvidos, incluindo transporte, tributos, encargos e demais despesas.
- 4.3.6. Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, respondendo por eventuais vícios ou defeitos.
- 4.3.7. **Atender os critérios de validade mínima no ato de entrega, conforme disposto no item 05. DOS PRAZOS, LOCAIS, CONDIÇÕES DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO;**

#### **4.4. Condições de Entrega e Recebimento**

- 4.4.1. O prazo máximo para entrega dos medicamentos será de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento, podendo ser prorrogado mediante justificativa aceita pela Administração.
- 4.4.2. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 3 (três) dias úteis, para verificação de conformidade.
- 4.4.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade e quantidade, mediante termo circunstanciado.
- 4.4.4. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, às expensas da contratada.
- 4.4.5. Não serão aceitos medicamentos em desacordo com o edital; com prazo de validade inferior ao exigido;
- 4.4.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios ou defeitos verificados posteriormente.

#### **4.5. Classificação do Objeto**

- 4.5.1. Os medicamentos objeto desta contratação são classificados como **bens comuns**, por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5.2. O objeto não se enquadra como bem de luxo, conforme disposto no art. 20 da referida lei.

#### **4.6. Sustentabilidade**

- 4.6.1. A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da legislação vigente e das boas práticas de gestão ambiental, devendo o contratado atender, no que couber, às seguintes exigências:
- a) adotar práticas de logística reversa, especialmente quanto ao recolhimento de medicamentos vencidos, danificados ou em desuso, bem como de suas embalagens, quando aplicável;
- b) assegurar o descarte ambientalmente adequado de resíduos, em conformidade com as diretrizes do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), a RDC nº 222/2018 e demais normas sanitárias e ambientais pertinentes;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



- c) priorizar, sempre que possível, o fornecimento de produtos com embalagens reduzidas, recicláveis ou reutilizáveis, visando à diminuição da geração de resíduos;
- d) comprovar que os produtos fornecidos atendem às exigências da ANVISA, incluindo regularidade sanitária e boas práticas de fabricação;
- e) adotar medidas que minimizem impactos ambientais no transporte, armazenamento e distribuição dos medicamentos, quando aplicável;
- f) apresentar, quando solicitado pela Administração, documentação comprobatória das práticas adotadas, tais como certificados, licenças ambientais ou declarações de conformidade.

4.6.2. A inserção de critérios de sustentabilidade visa assegurar que a contratação pública esteja alinhada às diretrizes de desenvolvimento sustentável e à gestão adequada de resíduos, especialmente considerando a natureza do objeto, que envolve produtos potencialmente poluentes e sujeitos a controle sanitário rigoroso.

4.6.3. A adoção de critérios objetivos e verificáveis, como logística reversa, descarte adequado e conformidade com normas sanitárias, evita a utilização de cláusulas meramente formais, garantindo efetividade às exigências ambientais e possibilitando a atuação dos mecanismos de fiscalização contratual.

4.6.4. A medida está em consonância com os princípios da eficiência, do desenvolvimento nacional sustentável e da responsabilidade socioambiental, bem como com o entendimento dos órgãos de controle, que exigem a previsão de critérios claros, mensuráveis e passíveis de verificação.

#### **4.7. Amostras**

4.7.1 Não será exigida a apresentação de amostras, sem prejuízo da possibilidade de diligência para verificação da conformidade dos produtos ofertados.

#### **4.8. Subcontratação**

4.8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.9. Os requisitos ora estabelecidos foram definidos de forma a não restringir a competitividade do certame, assegurando o equilíbrio entre economicidade, eficiência e sustentabilidade, bem como a seleção e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

### **5. DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA E OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

5.1 A CONTRATADA terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento da ordem de fornecimento emitido e assinado pela Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM, para entrega do medicamento;

5.2 O prazo de entrega poderá ser prorrogado uma única vez, por um período não superior a 05 (cinco) dias, desde que solicitado 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega supracitado, mediante solicitação formal do contratado, devidamente justificada e aceita pela Administração, desde que não haja prejuízo ao atendimento das demandas públicas.

5.3 O pedido de dilatação do prazo deverá ser previamente aceito pela CONTRATANTE; e

5.4 Esgotado esse prazo, será considerado atraso da entrega dos bens, e a CONTRATADA, estará sujeita às penalidades cabíveis.

5.5 A CONTRATADA deverá comunicar antecipadamente a data e horário da entrega.

5.6 Os locais de entrega serão definidos pelas CONTRATANTES, em momento contratual, e deverá ser exclusivamente na cidade de Atalaia do Norte/AM.

5.7 Todos os medicamentos deverão atender rigorosamente às especificações indicadas neste Termo de Referência, na Proposta de Preços, no Edital e seus Anexos; e

5.8 O transporte e a entrega dos medicamentos no local designado serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer custo adicional possa ser incluído posteriormente, devendo arcar inclusive com outros gastos derivados da devolução e/ou substituição dos produtos defeituosos.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



- 5.9 Os medicamentos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, assinalando-se nas embalagens a procedência e demais características que os identifiquem e os qualifiquem; e
- 5.10 Não serão aceitos os produtos cujo acondicionamento apresente sinais de violação.
- 5.11 O objeto contratado será recebido conforme dispõe o Decreto Estadual nº 47.133/23, sendo da seguinte forma:
- 5.12 Recebido provisoriamente, no ato da entrega por fiscal do contrato e/ou membro da comissão permanente de recebimento de materiais designados para este fim, de cada órgão contratante, que observará no mínimo:
- 5.12.1 A conformidade do material adquirido;
  - 5.12.2 Quanto ao atendimento das especificações;
  - 5.12.3 Marca;
  - 5.12.4 Qualidade;
  - 5.12.5 Quantidade;
  - 5.12.6 Validade do produto;
  - 5.12.7 Prazo de entrega;
  - 5.12.8 Condições de embalagem e de manuseio, em face aos requisitos exigidos no ato convocatório;
  - 5.12.9 A apresentação de documentos de compras pela CONTRATADA;
  - 5.12.10 Notas de empenho;
  - 5.12.11 Certificados de garantia, quando houver;
  - 5.12.12 A apresentação da Nota Fiscal;
  - 5.12.13 As condições de armazenagem do material pela CONTRATADA; e
  - 5.12.14 Observar o cumprimento dos critérios de transporte e armazenagem estabelecidos nas normas técnicas da ANVISA, e demais regulamentos sanitários pertinentes.
- 5.13 Quando for julgado necessário, qualquer membro da comissão de recebimento ou fiscais do contrato, por ocasião do recebimento provisório, poderá:
- 5.13.1 Solicitar inspeções técnicas aos órgãos competentes, assim como testes de avaliação e verificação da qualidade do material cuja aceitação dependa desses procedimentos, de acordo com as condições de compra ou para obter informações que permitam a avaliação mais segura de qualidade, resistência e operatividade de material entregue e sua conformidade com as especificações e os termos ajustados no ato convocatório e no contrato;
- 5.14 Solicitar a CONTRATADA, esclarecimentos referentes à entrega; e
- 5.15 Notificar a CONTRATADA, solicitando a substituição dos bens que não atenderem aos requisitos do edital, tais como:
- 5.15.1 Especificação;
  - 5.15.2 Marca;
  - 5.15.3 Qualidade;
  - 5.15.4 Quantidade;
  - 5.15.5 Condições de embalagem e de manuseio.
- 5.16 Quando houver indicações de material em desacordo por pelo menos um membro da comissão ou fiscal do contrato, será emitido Termo de Compromisso de Troca ou Ajuste, concedendo a CONTRATADA o prazo de 15 (quinze) dias úteis, ou outro prazo superior determinado pela CONTRATANTE, se achar necessário, para substituição do material.
- 5.17 Depois das inspeções supracitadas e constantes no Decreto Estadual nº 47.133/23, se a maioria dos membros da comissão ou fiscais do contrato indicar que o material está conforme, deverá ser emitido documento comprobatório do recebimento definitivo, denominado Termo Circunstanciado de Recebimento – TCR.
- 5.18 O recebimento definitivo será de responsabilidade de servidor, de comissão designada pela autoridade competente do Órgão contratante, composta por no mínimo 03 (três) servidores para integrá-la, ou de gestor do contrato.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



5.19 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA, pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou pelo perfeito desempenho dos equipamentos fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos equipamentos durante o prazo de garantia constante da proposta.

5.20 O Pagamento só se dará mediante a emissão do Termo Circunstanciado de Recebimento – TCR e autorização de faturamento.

5.21 Os produtos deverão ser fornecidos com no mínimo de 65% (sessenta e cinco por cento) do seu prazo de validade total, não podendo apresentar menos de 12 (doze) meses entre o momento do recebimento e o termo final do seu respectivo prazo de validade;

5.22 A CONTRATANTE se reserva o direito de não receber qualquer produto com validade menor ao especificado no item supracitado, ressalvados os casos que, por interesse da mesma, poderá autorizar o recebimento de produtos com validade inferior mediante a solicitação prévia da CONTRATADA, desde que a mesma formalize o compromisso de troca de todo o quantitativo entregue por meio de Carta de Compromisso de Troca;

5.22.1 A Carta de Compromisso de Troca deverá estar acompanhada da Nota Fiscal no ato da entrega;

5.22.2 A solicitação de troca será realizada pela CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do produto;

5.22.3 Após a solicitação do CONTRATANTE, a coleta e a troca deverão ser realizadas em prazo definido por esta, previamente comunicado ao fornecedor;

5.22.4 Esgotado esse prazo, será considerado atraso da entrega dos bens, e a CONTRATADA, estará sujeita às penalidades cabíveis, salvo se for pedida dilatação do prazo de entrega, que deverá ser aceito pela CONTRATANTE;

5.22.5 No ato de entrega do quantitativo de produtos garantidos por carta de comprometimento de troca, a nota fiscal apresentada deve informar que o produto é referente a uma reposição de troca, especificando a nota fiscal e empenho de origem; e

5.22.6 Aos casos em que o produto, por suas peculiaridades e características, tenha prazo de validade igual ou inferior a 12 (doze) meses, também serão aplicadas as mesmas regras acima dispostas.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



### **Fiscalização Técnica**

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

- 6.16. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



6.16.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. DO PAGAMENTO**

### **Liquidação**

8.10. O pagamento resultante da contratação será efetuado de acordo com as normas da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte, de acordo com os valores propostos após a apresentação da(s) fatura(s) devidamente atestadas por funcionário autorizado que não seja a Ordenadora de Despesas.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



8.11. Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao Serviço de Protocolo da Prefeitura Municipal, localizada no Prédio da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM, na Rua Augusto Luzeiro, n.º 65, Centro, com os seguintes documentos:

- a) Requerimento solicitando o pagamento da Nota Fiscal, indicando inclusive os dados bancários para crédito;
- b) Nota Fiscal, acompanhada do recibo com carimbo da empresa, referente ao objeto fornecido;
- c) Certidão Unificada perante a Fazenda Nacional, conforme Portaria MF nº 358 de 05/09/2014 e Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, em validade;
- d) Prova de Regularidade com o FGTS (CRF – Certidão de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal), dentro de seu período de validade;
- e) Prova de Regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;
- f) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011), em validade.
- g) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do proponente, em validade;

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A contagem do prazo para pagamento iniciar-se-á após reapresentação dos documentos regularizados, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, nem deverá haver prejuízo da prestação do serviço pela CONTRATADA.

#### **Forma de pagamento**

8.14. O pagamento será efetuado por meio de “Transferência Bancária” a ser creditado no estabelecimento bancário, agência e conta corrente da própria empresa vencedora, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.16. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.17. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.18. Nenhum pagamento será efetuado à licitante, enquanto estiver pendente de liquidação, que esteja em débito com a previdência social e/ou com o FTGS.

8.19. À Contratada caberá sanar as falhas apontadas, submetendo-se a nova verificação, após o que a fiscalização procederá na forma estabelecida e providenciará a regularização do apontado nos itens precedentes, quando for o caso.

8.20. A critério da Contratante poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas de responsabilidade da Contratada.

#### **Condições de Pagamento**

8.30. O pagamento à CONTRATADA será efetuado após o recebimento definitivo do material, em moeda nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

8.31. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

8.32. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

8.33. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

8.34. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

8.35. No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



8.36. A fatura mensal poderá sofrer glosas, conforme o disposto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) OU do instrumento de aferição da qualidade da prestação do fornecimento ou serviço, se for o caso, referentes ao mês de competência da prestação de serviços ou de meses anteriores.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item em modo de disputa aberto.

### **Forma de fornecimento**

9.2. A prestação do objeto será parcelada.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de **menor preço**, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários estimados: tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. Registro comercial em se tratando de **empresa individual**;

9.6. Em se tratando de **microempreendedor individual** – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)

9.7. No caso de **sociedade empresária** ou **empresa individual de responsabilidade limitada** - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

9.8. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com suas alterações (se houver) ou com a última alteração social consolidada, devidamente registrado na Junta Comercial, para as sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações e dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores.

9.9. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

9.9.1. No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

9.10. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.11. Os documentos indicados nos itens 9.5 a 9.9.1 deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e deles deverá constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto deste Pregão

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, com emissão não superior a 90 (noventa) dias, acompanhado do QSA (Quadro de Sócios Administrativos);

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Lei nº.12.440, de 12 de abril de 2011), acompanhado da certidão negativa de controle de processos de multas, recursos e relação anual de informações sociais e do cadastro geral de empregados e desempregados, em atendimento a portaria 667/2021 do tem e art. 93 da lei nº 8.213 de 1991, certidão reservar percentual de vagas aos aprendizes, nos termos do art. 429, caput, da CLT e certidão reservar percentual de seus cargos para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados pela previdência social, prevista no art. 93, caput, da lei nº 8.213 de 1991, expedidas eletronicamente através da secretaria de inspeção do trabalho, certidão de autos físico 1º e 2º grau, bem como a apresentação da certidão de ações trabalhistas de jurisdição do estado da sede da licitante.

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível/similar com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.21. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

a) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.22. Balanço patrimonial e demonstrações de resultado contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, com o cumprimento das seguintes formalidades;

a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo;

b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente);



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



- c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);
- d) Demonstração da escrituração Contábil/Fiscal/Pessoal regular;
- e) Comprovante de habilitação do profissional, bem como sua situação regular perante o seu Conselho Regional de Contabilidade;
- f) Certidão expedida pela Junta Comercial competente, que comprove o registro do Livro Diário da empresa, podendo ser apresentada para fins de verificação da autenticidade da escrituração contábil.

9.23. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo Passivo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Ativo Total} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.24. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.25. As licitantes deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico financeira, através de declaração para comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

#### **Qualificação Técnica**

9.26 A qualificação técnica consistirá em comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de **Atestados de Capacidade Técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento compatível ao objeto identificado no Termo de Referência.

9.26.1 Comprovação de aptidão através de no **mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica**, que comprove que a empresa licitante tenha executado ou esteja executando contrato compatível com o objeto deste edital, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.27 No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s), deverá (ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão, preferencialmente munidos de mecanismos de verificação ou autenticação.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



9.28 No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá (ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa e formas de contato, ou munidos de mecanismos de verificação ou autenticação.

9.29 Para efeitos de julgamento objetivo, considerar-se-á para comprovação de aptidão técnica que a licitante tenha fornecido ou esteja fornecendo, quantitativo mínimo de 10% (dez por cento) da estimativa total do objeto, referente ao(s) item(s) para o (s) qual (is) está apresentando sua proposta de preços;

9.30 Poderá ser exigida cópia do Contrato a que se refere o Atestado de Capacidade Técnica para averiguação. O atestado deve conter informações do seu emitente como telefone e endereço, de forma que o município possa fazer contato para verificar sua autenticidade se for necessário.

9.31 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.32 A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, conforme estabelece este Edital, tendo em vista a aquisição, é motivo de inabilitação.

9.33 Certidão de Regularidade Técnica: Emitida pelo CRF (Conselho Regional de Farmácia), comprovando que a empresa está com o registro ativo e o farmacêutico responsável habilitado;

9.33.1 Fotocópia autenticada da Carteira de Registro no CRF do Farmacêutico responsável;

9.33.2 Comprovação de Vínculo empregatício do Farmacêutico através da cópia da CTPS ou Contrato particular com a proponente registrado em Cartório. (Na hipótese do Farmacêutico ser Sócio da empresa, não haverá a necessidade de tal documento);

9.34 **Licença de Funcionamento (LF)** estadual e/ou municipal emitida pela Vigilância Sanitária (Alvará Sanitário) ou protocolo de solicitação da LF autenticado, de acordo com a legislação vigente, acompanhado da licença sanitária se estiver vencida, explicitando claramente as atividades a serem autorizadas pela empresa, sendo estas (s) compatível (is) com o objeto da licitação ou declaração emitida pela Vigilância Sanitária.

9.35 **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)** emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ou cópia legível da publicação no D.O.U. -, explicitando claramente as atividades a serem exercidas pela empresa.

9.35.1 Para os medicamentos que apresentem substância sujeitos a controle especial pertencente à Portaria nº 344 MS de 12 de maio de 1998 — ANVISA, será exigida também a **Autorização Especial (AE)**, Licença concedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (SVS/MS). -, explicitando claramente as atividades a serem exercidas pela empresa.

9.36 **Certificado de Registro dos Medicamentos, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**, expedido via Internet, em original, ou cópia da publicação no D.O.U., legível e assinada, em validade ou pedido de revalidação, datado do semestre anterior ao do vencimento, caso o prazo esteja vencido, acompanhado do respectivo Registro a ser revalidado.

9.37 Caso o medicamento cotado seja dispensado do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, deverá ser apresentada cópia do ato que isenta o produto de registro, conforme previsto na RDC nº 576/2021 e suas atualizações.

9.38 A exigência prevista nos itens 9.36 e 9.37 deverão ser apresentadas somente no caso da apresentação da proposta reformulada, devendo o pregoeiro informar a retomada do certame, sob pena de inabilitação.

## **10. DA GARANTIA DE PROPOSTA**

10.1. Nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser exigida a prestação de garantia de proposta como condição de participação no certame, no percentual de até 1% (um por cento) do valor estimado da proposta inicial.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



10.2. A comprovação do recolhimento da garantia de proposta, nas modalidades de caução em dinheiro, fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ser apresentada juntamente com a proposta inicial, na data e horário de realização do certame, sob pena de desclassificação da proposta.

10.3. A exigência de garantia de proposta, embora de caráter excepcional, encontra-se devidamente motivada no presente certame, em observância aos princípios da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade e interesse público, pelos seguintes fatores:

- a) O objeto da licitação envolve o fornecimento de medicamentos destinados ao atendimento de demandas da saúde pública, cuja descontinuidade pode ocasionar riscos diretos à vida e à integridade dos usuários do sistema de saúde;
- b) A contratação exige regularidade no abastecimento e cumprimento rigoroso de prazos, sendo incompatível com atrasos decorrentes de desistências ou condutas oportunistas de licitantes;
- c) A necessidade de assegurar maior confiabilidade, seriedade e compromisso das propostas apresentadas, reduzindo o risco de participação de licitantes sem capacidade real de execução ou com intuito meramente especulativo;
- d) A prevenção de desistências injustificadas, especialmente após a fase competitiva de lances, que possam comprometer a eficiência do certame e gerar atrasos na contratação;
- e) A mitigação de riscos decorrentes de recusa na assinatura da ata de registro de preços ou do contrato, situação que acarreta retrabalho administrativo, necessidade de convocação de remanescentes e prejuízos à continuidade do serviço público;
- f) A existência de histórico administrativo de ocorrências de abandono de propostas e inadimplemento contratual em contratações similares, o que evidencia risco concreto e não meramente hipotético;
- g) A relevância do objeto contratado, voltado ao atendimento de demandas da Administração Pública, cuja interrupção ou atraso pode comprometer a continuidade das políticas públicas e a prestação de serviços essenciais;
- h) O fato de que a garantia está limitada ao percentual de 1% (um por cento), conforme previsto em lei, e pode ser prestada em diversas modalidades, não configurando ônus excessivo ou restrição indevida à competitividade, mas sim medida proporcional e adequada ao risco da contratação.

10.4. Dessa forma, a exigência mostra-se adequada, necessária e proporcional, diante do risco concreto de desabastecimento e dos impactos diretos à saúde pública, estando em conformidade com os princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público. Ademais, encontra-se devidamente motivada, sendo adotada como instrumento de mitigação de riscos, em alinhamento às boas práticas de governança e de gestão das contratações públicas.

10.5. A garantia de proposta poderá ser prestada, a critério do licitante, em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou título da dívida pública, que serão admitidos desde que emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados na CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, sob a fiscalização do Banco Central do Brasil, ou junto a instituições financeiras, sob as regras do SELIC - Sistema Especial de Liquidez e Custódia de Títulos Públicos Federais. Devem, ainda, ser revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários, e, ainda, sua titularidade estar gravada em nome da EMPRESA CONTRATADA;
- b) seguro-garantia, emitido em favor da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte, com validade mínima de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública, devendo, quando aplicável, estender-se pelo prazo de execução contratual;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



c) fiança bancária, emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, podendo ser formalizada por meio de carta de fiança, dispensado o registro em cartório, salvo exigência legal específica, nos termos da Lei nº. 6.015/73, art. 129

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, nos termos da legislação vigente.

10.5.1. No caso de caução, o depósito deverá ser realizado em conta indicada pela Administração, em nome da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM.

10.5.3. Na hipótese de seguro-garantia:

a) a apólice deverá possuir validade mínima de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública;

b) deverá ser apresentada comprovação de regularidade e validade junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, por meio de consulta ou documento idôneo que permita a verificação de sua regularidade, autenticidade e vigência.

10.5.4. Na hipótese de fiança bancária, esta deverá ser fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrado em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei nº. 6.015/73, art. 129;

10.6. A não apresentação da garantia de proposta, sua apresentação em desacordo com as exigências deste edital ou a impossibilidade de verificação de sua autenticidade e validade implicará a **desclassificação da proposta**, nos termos deste instrumento convocatório.

A garantia de proposta será devolvida aos licitantes, mediante requerimento formal encaminhado à Comissão de Licitação do Município de Atalaia do Norte, por meio do e-mail [comissamunicipaldelicitacao25@gmail.com](mailto:comissamunicipaldelicitacao25@gmail.com) ou protocolado presencialmente na sede da referida Comissão, conforme o caso:

a) aos não vencedores, após a homologação do certame;

b) ao vencedor, após a assinatura da ata de registro de preços ou do contrato;

c) nos casos de revogação ou anulação do certame.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. São obrigações da **Contratante**:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, formalizado por meio de Nota de Empenho, bem como atestar, na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva prestação dos serviços.

b) Efetuar o pagamento referente à prestação dos serviços efetuado em até 30 (trinta) dias, após protocolização e aceitação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pela comissão competente. Para fins de pagamento ainda será solicitada a apresentação das certidões negativas de débito relativas ao FGTS e INSS, sendo que as mesmas deverão sempre apresentar data de validade posterior à data de emissão das respectivas Notas Fiscais;

c) Recusar, com a devida justificativa, qualquer serviço executado fora das especificações;

d) Propiciar à Contratada todas as facilidades de acesso aos locais onde serão executados os serviços;

e) Extinguir o Contrato, formalizado por escrito e mediante a anulação da Nota de Empenho, nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/21;

f) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais atinentes à presente contratação.

## **12. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



**12.1. A CONTRATADA se obriga:**

- a) A quantidade e local de prestação dos serviços que será informado pelo setor de compras por meio da ordem de fornecimento.
- b) O prazo de prestação dos serviços deverá ser diário ou conforme a necessidade da Administração.
- c) Executar os serviços nas condições estipuladas neste Termo de Referência, no prazo e/ou etapas estipulados, contados do recebimento da Ordem de Serviço;
- d) Refazer os serviços que estiverem fora das especificações, sem ônus para o Município, arcando com todas as despesas necessárias;
- e) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços;
- f) Manter durante a execução do objeto deste Termo de Referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- g) Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;
- h) Fornecer em conformidade e condições estipuladas neste Termo de Referência;
- i) Possibilitar ao Município, em qualquer etapa, o acompanhamento completo da execução do objeto, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação da Contratante;
- j) Responder pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando às suas custas, quando da execução do objeto deste Termo de Referência, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo Município;
- k) Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo Município;
- l) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Município, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratado, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- m) Substituir, sempre que exigida pelo Município e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Contratante ou ao interesse do serviço público;
- n) O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;
- o) Atender prontamente quaisquer exigências do Município inerentes ao objeto deste Termo de Referência;
- p) Indicar conforme anexos, telefones, nº de fax, e-mail e o preposto para recebimento das notificações, ordem de serviço e quaisquer comunicações do Município;
- q) Todas as despesas relativas aos serviços executados, mão-de-obra, fretes, transportes, impostos, taxas e etc., correrão por conta da contratada.

**13. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

13.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**14. DO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



14.1. O contrato será regido pela Lei nº 14.133/2021 e subsidiariamente pelas normas de direito privado, especialmente o Código Civil, no que couber.

14.2. A contratada é responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

#### **15. DO JULGAMENTO**

15.1. O julgamento, observadas as especificações técnicas definidas no Edital de acordo com a legislação, obedecerá ao critério de menor preço oferecido.

#### **16. RESPONSÁVEL PELO UNIDADE FISCALIZADORA**

16.1. Secretário Municipal de Administração e Planejamento, na pessoa do Sr. Matheus Catão Gonçalves.

#### **17. FORO**

17.1. Para dirimir questões oriundas do eventual ajuste firmado, será competente o foro da Comarca de Atalaia do Norte, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

#### **18. DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

**ANDERSON JERRY SOUZA GOES**  
Secretário Municipal de Saúde  
Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM

De acordo,

**APROVO** o presente Termo de Referência, nos termos da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, após consultar os autos deste processo e constatar que foram observados os procedimentos recomendados pelo parecer jurídico, bem como atesto que o Termo de Referência atende às necessidades da Prefeitura Municipal para o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, em atendimento às necessidades da secretaria municipal de saúde de Atalaia do Norte.

**DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA**  
Prefeito Municipal de Atalaia do Norte/AM



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



**APÊNDICE ANEXO I**  
**RESUMO TÉCNICO – ADMINISTRATIVO**

PROCESSO Nº 1204/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**1. QUAL SISTEMA ADOTADO PARA CONTRATAÇÃO?**

☒ ( X ) Sistema de Registro de Preços – SRP;

☐ ( ) Contratação Tradicional;

**2. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE CONTRATAÇÃO**

☐ ( ) quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, com maior celeridade e transparência

☒ ( X ) quando for conveniente a compra de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

☐ ( ) quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública.

☐ ( ) quando, trata-se de objeto específico para atendimento de necessidade pontual, convênios e/ou serviços contínuos.

**3. SERÁ ADOTADO TRATAMENTO DIFERENCIADO A MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), CONFORME O DISPOSTO NO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 (ALTERADO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014):**

☐ ( ) Valor referencial inferior a R\$ 80.000,00 por item (participação exclusiva para MEI).

☐ ( ) Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 por item (participação exclusiva para ME/EPP).

☐ ( ) Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível (com cota para ME/EPP).

☒ ( X ) Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível (sem cota para ME/EPP).

☐ ( ) Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível, porém não sendo aplicável tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte por não ser mais vantajoso para a administração pública.

☐ ( ) De acordo com legislação especificada local, aplicada para as microempresas e empresas de pequeno porte.

**Justificativa:**

Embora o objeto seja, em tese, divisível, a Administração opta por não adotar a reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista a necessidade de garantir o fornecimento contínuo e eficiente de medicamentos, evitando riscos de desabastecimento.

A fragmentação do objeto pode comprometer a logística de fornecimento, a padronização dos produtos e a eficiência na gestão contratual, além de aumentar o risco de fracasso ou descontinuidade no atendimento da demanda pública.

Dessa forma, a não adoção do tratamento diferenciado previsto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 mostra-se mais vantajosa à Administração, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

**4. PERCENTUAL PARA APLICAÇÃO DO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 (ALTERADO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014):**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



Não se aplica para o caso

**5. HAVERÁ NECESSIDADE DE VISTORIA PRÉVIA (VISITA TÉCNICA)?**

☐ vistoria obrigatória

☐ vistoria facultativa

☒ não será exigida vistoria.

**Justificativa:** Não será exigida vistoria prévia, tendo em vista que o objeto da contratação consiste no fornecimento de medicamentos, caracterizados como bens comuns, padronizados e amplamente disponíveis no mercado, não havendo necessidade de avaliação *in loco* para a adequada formulação das propostas.

Ademais, todas as informações técnicas necessárias à elaboração das propostas encontram-se devidamente descritas no Termo de Referência, sendo suficientes para a perfeita compreensão das condições de fornecimento.

A exigência de vistoria, neste caso, poderia representar ônus desnecessário aos licitantes, com potencial restrição à competitividade, sem trazer benefício efetivo à Administração.

Dessa forma, a sua dispensa está em conformidade com os princípios da razoabilidade, da competitividade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa.

**5. SERÁ ADMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS?**

☒ não

☐ sim

**Justificativa:**

Não será admitida a participação de empresas em consórcio no presente certame, tendo em vista que o objeto consiste no fornecimento de medicamentos, caracterizados como bens comuns, amplamente disponíveis no mercado e ofertados por número significativo de fornecedores.

A natureza do objeto não demanda a conjugação de capacidades técnicas, operacionais ou econômico-financeiras de múltiplas empresas, sendo plenamente possível a sua execução por fornecedores individuais, sem prejuízo à competitividade.

Ademais, a admissão de consórcios, neste caso, poderia introduzir maior complexidade na gestão contratual, especialmente quanto à definição de responsabilidades solidárias e à fiscalização da execução, sem que haja benefício concreto para a Administração.

Dessa forma, a vedação à participação de consórcios mostra-se medida adequada e proporcional, em conformidade com os princípios da eficiência, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

**6. SERÁ ADMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS?**

☒ não

☐ sim

**7. SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO?**

☒ não

☐ sim

**8. DO AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES**

A AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO SE DARÁ EM LOTES?

☒ não



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



☐ sim

**Justificativa:** A contratação não será realizada por meio de agrupamento de itens em lotes, tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de medicamentos com características distintas, os quais podem ser fornecidos por diferentes empresas especializadas.

A opção pelo julgamento por item visa ampliar a competitividade, permitindo a participação de um maior número de licitantes, inclusive aqueles que não possuem capacidade de fornecer a totalidade dos itens, mas que atuam de forma competitiva em segmentos específicos.

Ademais, o agrupamento em lotes, neste caso, poderia restringir a participação de fornecedores, reduzir a competitividade e comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Ressalta-se, ainda, que o não agrupamento não compromete a eficiência da contratação, sendo plenamente viável a gestão contratual por item, especialmente considerando a natureza padronizada dos produtos.

Dessa forma, a decisão encontra-se em conformidade com os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

#### **9. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA**

Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

☐ não

☒ sim

#### **10. SERÁ EXIGIDO AMOSTRA DO (S) PRODUTO (S) /DEMONSTRAÇÃO DO (S) SERVIÇO (S):**

☒ não

☐ sim

#### **11. SERÁ EXIGIDA PROVA DE CONCEITO?**

☒ não

☐ sim

#### **12. SERÁ EXIGIDA CARTA DE SOLIDARIEDADE?**

☐ não

☒ sim

#### **13. SERÁ EXIGIDA GARANTIA DE PROPOSTA?**

☐ não

☒ sim

#### **14. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO**

Até 20 (vinte) dias úteis após o recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

#### **15. BENS PERECÍVEIS**

☒ não

☐ sim

#### **16. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



SERÁ EXIGIDA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, NOS MOLDES DO ARTS 96 A 102 DA LEI Nº 14.133/21, EM VALOR CORRESPONDENTE A 5 % DO VALOR TOTAL DO CONTRATO?

( ) não

(X) sim

**17. GARANTIA DO PRODUTO/SERVIÇO, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

(X) não

( ) sim

Condições: Não se aplica

**18. DO CONTRATO**

INSTRUMENTO CONTRATUAL

( X ) somente por assinatura de contrato

( ) Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia e assistência técnica

( ) Autorização de Fornecimento

( ) outro. \_\_\_\_\_

**VIGÊNCIA**

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

ANDERSON JERRY SOUZA GOES  
Secretário Municipal de Saúde  
Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE  
MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18  
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO



ANEXO II  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE/AM

PROCESSO Nº 1204/2026

PREGÃO PRESENCIAL N. 015/2026-SRP

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

Aos XX (XXX) dias de XXXX de 2026, na sede da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM, situada na Rua Augusto Luzeiro, Nº 65, Bairro Centro, Atalaia do Norte/AM, o Prefeito Municipal de Atalaia do Norte, nos termos da Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 007/GP/2024, de 20 de Fevereiro de 2024, Decreto Municipal nº 011/GP/2024, de 04 de Março de 2024, Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 com suas devidas alterações, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0XX/2026, realizado via SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o que consta na ata de julgamento da sessão pública, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS PARA “AQUISIÇÃO DEXXXX”, da seguinte empresa indicada abaixo, cuja sua proposta foi declarada vencedora, pelo critério de julgamento do MENOR PREÇO POR ITEM:

1 – A empresa XXXXXX, sob o CNPJ nº XXXXXXX, situada na XXXXXX, representada pelo seu Proprietário Sr. XXXXXXX, portador do CPF: XXXXXX, vencedora dos itens XXXXXXXX, perfazendo o valor global de R\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX);

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a formação de registro de preços para xxxxxxxx, especificado nos itens do Edital e de seus Anexos, que o integram e complementam, e, ainda, na documentação, nas propostas de preços, nos lances apresentados pela Licitante vencedora.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



OU

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

**Dos limites para as adesões**

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no **item 4.7**.

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O instrumento contratual de que trata o **item 5.2.** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

5.8. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.8.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.8.2. Mantiverem sua proposta original.

5.9. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.10. O registro a que se refere o **item 5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.11. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.12. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o **item 5.4.2.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.13. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **item 9**.

5.14. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.15. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.16. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



5.17. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.18. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.19. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

5.20. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.21. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.22. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.4. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.8. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.9. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.10. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.11. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



8.6. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.7. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.8. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.6. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **item 9.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, *ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA*.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Atalaia do Norte/AM, dia de mês de 2026.

\_\_\_\_\_  
DENIS LINDER ROJAS DE PAIVA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Secretário Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Órgão Gestor – OG

FORNECEDOR:

.....  
XXXXXXXXXX  
CNPJ: XXXXXXXXXXXXXX  
Representante CPF: XXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

.....  
NOME DA TESTEMUNHA  
CPF n.º XXXXXXXXXXXXXX  
RG n.º XXXXXXXXXXXXXX

.....  
NOME DA TESTEMUNHA  
CPF n.º XXXXXXXXXXXXXX  
RG n.º XXXXXXXXXXXXXX



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



**ANEXO III**  
**CADASTRO RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

<b>Razão Social</b>	
<b>CNPJ</b>	
<b>Representante</b>	

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

<b>Razão Social</b>	
<b>CNPJ</b>	
<b>Representante</b>	



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÕES**

**MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) do RG n. XXXXXX e do CPF n. XXXXXXXX, a participar da licitação instaurada pelo órgão contratante, através da COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML, na modalidade Pregão n. XXX/2026, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa XXXXXXXX, bem como formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Atalaia do Norte/AM, XX de XXXXXXXX de 2026.

.....  
Sócio Administrador ou Diretor Carimbo de Identificação

.....  
**MODELO DE DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA**  
**PROPOSTA DE PREÇOS E DE HABILITAÇÃO**

A (razão social da empresa), CNPJ n...., localizada à (...), DECLARA, em conformidade com a Lei n. 14.133/21, que cumpre todos os requisitos da proposta de preços e de habilitação para este certame licitatório do órgão contratante – Pregão n. .../20..., sob pena, se comprovada má-fé, da aplicação das penalidades cabíveis.

Atalaia do Norte/AM, XX de XXXXXXXX de 2026.

.....  
Sócio Administrador ou Diretor Carimbo de Identificação



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



**MODELO DE DECLARAÇÃO ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE**

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), para fins do disposto no item [completar] do Edital [COMPLETAR COM IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL], declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a proposta anexa foi elaborada de maneira independente pelo [Nome da Licitante], e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido por outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], quanto a participar ou não da referida licitação;

que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de [Órgão Licitante] antes da abertura oficial das propostas; e

que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Atalaia do Norte/AM, XX de XXXXXXXX de 2026.

.....  
Sócio Administrador ou Diretor Carimbo de Identificação

**MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF/88**

A (*razão social da empresa*), inscrita no CNPJ sob o nº , sediada na (endereço completo) , neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) , inscrito(a) no CPF sob o nº , portador da cédula de identidade nº , expedida por XXX , DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

Atalaia do Norte/AM, XX de XXXXXXXX de 2026.

.....  
Sócio Administrador ou Diretor Carimbo de Identificação



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

Referente ao Pregão:

..... (nome da empresa), CNPJ n. XXXXXXXXXX, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Atalaia do Norte/AM, XX de XXXXXXXX de 2026.

.....  
Sócio Administrador ou Diretor Carimbo de Identificação

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VERACIDADE**

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE

COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº (XXX)/2026-CML

A XX, por seu representante legal, infra signatário declara que os documentos constantes do seu ENVELOPE DE HABILITAÇÃO são fies e verdadeiros.

Atalaia do Norte/AM, XX de XXXXXXXX de 2026.

.....  
Sócio Administrador ou Diretor Carimbo de Identificação



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE – CNPJ: 04.530.713/0001-18**  
**COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**



**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE  
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Em conformidade com o disposto na Lei Complementar n. 123/06, alterada pela LC 147/15, que dispõe sobre o tratamento diferenciado concedido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta:

Eu, ..., RG ..., legalmente nomeado representante da empresa ..., CNPJ ..., e participante do procedimento licitatório n. ..., na modalidade de ..., processo n. , declaro, sob as penas da lei, que, a empresa a qual represento cumpre todos os requisitos legais, previsto na lei, para a qualificação como microempresa (ou empresa de pequeno porte), estando apta a usufruir do tratamento diferenciado, e, que, não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06.

Atalaia do Norte/AM, XX de XXXXXXXX de 2026.

.....  
Sócio Administrador ou Diretor Carimbo de Identificação

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITABILIDADE DOS TERMOS DO  
EDITAL**

DO PREGÃO PRESENCIAL Nº XXX/2026

Declaro, para todos os fins, em nome da empresa: XXXXXXXXX, CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXX, que tive acesso ao conteúdo e aceito os termos inerentes ao Edital do Pregão Presencial nº XXX/2026.

Atalaia do Norte/AM, XX de XXXXXXXX de 2026.

.....  
Sócio Administrador ou Diretor Carimbo de Identificação

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO CONTEÚDO DO  
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº XXX/2026**

Declaro, para todos os fins, em nome da empresa: XXXXXXXXXXXX, CNPJ: XXXXXXXXXXXX, que tive acesso ao conteúdo do Edital do Pregão Presencial nº XXX/2026, seus anexos e demais arquivos/documentos que o integram.

Atalaia do Norte/AM, XX de XXXXXXXX de 2026.

.....  
Sócio Administrador ou Diretor Carimbo de Identificação